

Mobilização política e alianças de classes no Chile de 1970 a 1973*

INTRODUÇÃO

A experiência do Governo de Unidade Popular do presidente Salvador Allende, levada a cabo no Chile desde 1970 até ao trágico golpe de Setembro de 1973, tem suscitado amplo interesse e discussão¹. Todavia, muitas das interpretações ignoram uma boa parte da investigação, muito válida, realizada no Chile durante o Governo de Unidade Popular (que passaremos a designar por UP). Uma das intenções do presente artigo é chamar a atenção para tal investigação, primordialmente no domínio das classes sociais, e para a inter-relação entre as transformações políticas e sociais.

O que confere a essa investigação um interesse considerável, que sem dúvida transcende as fronteiras nacionais, é a sua relevância para conclusões de importância fundamental. A experiência da UP foi um exemplo raro duma tentativa de conjugar reformas estruturais com a legalidade institucional e constitucional; constitui um caso concreto que permite estudar até que ponto se pode conciliar a reforma profunda com a transferência do poder do Estado duma classe para outra². Embora se deva

* Artigo publicado também no México, em *El Trimestre Político*, n.º 5. Traduzido do inglês no Gabinete de Investigações Sociais.

¹ Muito do que está escrito sobre o período da UP é parcial e efêmero. Dois trabalhos úteis são o de Jarina Rybacek-Mlynkova, *Chile under Allende: a bibliographical survey* (Discussion Paper 63, Woodrow Wilson School, Princeton University, 1976), e o de Arturo Valenzuela e J. S. Valenzuela, «Visions of Chile», in *Latin American Research Review*, vol. x, n.º 3, Outono de 1975. Grande quantidade de material, a que se fará copiosa referência, está contida nas revistas e monografias académicas publicadas no Chile até 1973. Os dois livros mais úteis publicados até agora e referentes àquele período são o de Manuel Castells, *La Lucha de Clases en Chile* (Argentina, 1974), e o de Stefan de Vylder, *Allende's Chile: the Political Economy of the Rise and Fall of the Unidad Popular* (Londres, 1976). O trabalho de Laurence Whitehead *The Lesson of Chile* (Londres, Fabian Society Pamphlet, 1974) constitui uma síntese útil e um comentário inteligente. Agradeço a Laurence Whitehead o ter-me emprestado algum do material que utilizo no presente trabalho.

² Não é minha intenção, neste artigo, tratar directamente do problema do Estado e da questão da relativa autonomia do Estado perante as classes sociais. As obras teóricas abundam: consulte-se, por exemplo, de Nicos Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism* (Londres, 1975). Mas a tentativa para passar da teoria ao estudo dum Estado em particular é bastante insatisfatória. Como exemplos significativos dessas obras insatisfatórias (embora contenham muita coisa interessante e informativa), citaremos Joan Garcés, *El Estado y los problemas tácticos en el gobierno de Allende* (Buenos Aires, 1974), e um número especial dos *Cuadernos de la Realidad Nacional* (Santiago), n.º 15, Dezembro de 1972, intitulado *Revolución y Legalidad: Problemas del Derecho en Chile*.

ter muita cautela quando se trata de estabelecer analogias íntimas entre os acontecimentos do Chile e possíveis modificações políticas em países de contornos políticos vagamente semelhantes — como a França ou a Itália —, as questões suscitadas pela experiência da UP tocam questões nucleares do debate político. Até que ponto e a que ritmo pode um sistema político absorver transformações profundas sem deixar de ser uma democracia parlamentar e constitucional? Como reagem as classes sociais quando sujeitas a condições de crise económica e tensão política? É possível uma via pacífica para o socialismo num país em que o capitalismo está firmemente entrincheirado? A vitória de Allende veio também pôr em grande evidência a questão fulcral da «dependência» — poderia um país pequeno, de desenvolvimento desigual, romper efectivamente com uma relação de dependência para com os E. U. A.?

Mas, antes de tentarmos dar resposta a estas perguntas — e passando por cima da relevância que elas tenham para outros países —, temos de compreender, tão completamente quanto possível, os processos políticos e sociais internos da época da UP. Por exemplo, muito raramente terá sido tão evidente a importância dum sistema de classes para o comportamento político (pese embora a sua complexidade). A corajosa tentativa de reformas de base, a discussão que provocou e a crise que causou puseram em grande evidência o sistema de classes chileno. A defesa da hegemonia da classe atacada tornou mais clara a sua natureza, a sua tática, os seus apoios (nomeadamente estrangeiros) e os seus métodos. A tentativa de criar uma hegemonia real ou uma contra-hegemonia baseada na classe operária, quando os representantes dessa classe realmente controlam o Governo, traz igualmente ao de cima as dificuldades e os resultados do processo.

Não é minha intenção entrar em consideração com as explicações totais do comportamento do Governo de UP nem da queda deste³. Em vez disso, o presente artigo debruçar-se-á sobre quatro elementos em processo de mutação política e social durante este período. Trata-se de quatro tópicos escolhidos pela sua importância para a política daquele período. Mas são, além disso, questões centrais de análise política (mesmo em obras de Weber e Marx). Como definir a composição e explicar o comportamento político da classe média? Qual o papel político do movimento sindical? Como é possível unir grupos sociais distintos numa coligação política? E, finalmente, qual a relação entre ideologias e domínio político? Só dando a tais questões um enquadramento concreto num cenário como o do Chile de 1970-73 se pode tentar dar-lhes resposta; e só respondendo-lhes com base num contexto específico se pode avançar no debate teórico.

A primeira questão a considerar é a da composição social e do comportamento político dos sectores médios, grupo cuja diferenciação interna encontra a sua melhor tradução na expressão *capas medias* do idioma espanhol.

A dimensão numérica e a importância política deste grupo fez do seu apoio, ou, pelo menos, da sua neutralidade, um factor político vital na estratégia pela qual Allende se propunha converter a sua base eleitoral da votação minoritária recebida em 1970 numa irresistível maioria.

Os discursos de Allende estão recheados de referências às *capas medias*.

«Garantimos que as médias e pequenas empresas podem contar com a íntima colaboração do Estado para assegurar o pleno desenvolvimento das suas actividades.»⁴

ou:

«Tencionamos expropriar 1000 propriedades este ano. Mas o pequeno e o médio agricultor nada têm a recear, porque é extensiva a eles a mesma consideração, o mesmo respeito e a mesma atenção que devotamos aos seus congéneres industriais e comerciais chilenos.»⁵

ou ainda:

«Nunca falámos numa república de operários e camponeses... Nós consideramos que os funcionários, os técnicos, os profissionais, os pequenos e médios comerciantes e industriais constituem grandes forças sociais que devem estar e estão connosco para enfrentar a grande tarefa nacional que temos diante de nós. A posição desses grupos é muito diferente da dos sectores da alta burguesia, da oligarquia aliada do capital estrangeiro ou dos grandes latifundiários.»⁶

Em segundo lugar, este artigo analisará certos aspectos da classe operária e da sua actuação, nomeadamente o papel da força laboral organizada e dos *pobladores*, e da relação entre vários segmentos da classe operária.

Em terceiro lugar far-se-á um exame do processo de mobilização social durante este período. Quais foram as formas novas de mobilização popular? Até onde chegaram? Teriam elas podido ser a base dum *poder popular*, duma nova hegemonia proletária?

Finalmente, a questão da ideologia e do papel dos meios de comunicação de massa desencadeou grande atenção durante o período de que nos ocupamos. Embora muito do que se escreveu sobre a ideologia seja, pelo menos, obscuro, nem por isso deixa de suscitar questões importantes, que merecem ser tomadas em consideração.

1. A ANÁLISE DE CLASSES NO CHILE ANTES DE 1970

Antes de examinarmos as transformações sociais que se verificaram após a eleição de Allende importa traçar uma rápida perspectiva das leituras anteriores da estrutura de classes do Chile e dos tipos de conclusões que os políticos tiravam da forma como viam o sistema de classes.

Até ao desenvolvimento, nos finais dos anos sessenta, de movimentos como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e o Movimento de Acção Popular Unida (MAPU), o debate ideológico à esquerda trava-se predominantemente entre o Partido Socialista e o Comunista⁷.

⁴ Salvador Allende, *Chile's Road to Socialism*, Londres, 1973, p. 65.

⁵ Id., *ibid.*, p. 110.

⁶ Id., *ibid.*, p. 116.

⁷ Como uma parte considerável do meu livro *Politics and the Labour Movement in Chile* (Londres, 1972) trata das relações entre estes dois partidos, não irei repetir os argumentos nem a bibliografia aí contidos. Para um estimulante comentário sobre os partidos, especialmente sobre o socialista, nos últimos meses anteriores ao golpe, temos Alain Touraine, *Vida y Muerte del Gobierno Popular* (Buenos Aires, 1974), especialmente p. 150.

o ponto de vista de certos quantitativos e o de que foi nesta área que se registou um dos fracassos fundamentais da UP:

«A questão da pequena burguesia situa-se no centro não só dos

lidade [...] Foi neste aspecto, entre outros, que, como é sabido, o processo socialista no Chile fracassou.»¹⁰

Muitas conjecturas acerca da classe média chilena suscitam um grande número de perguntas. Qual a dimensão numérica deste sector social? Será ele, em algum aspecto significativo, uma classe social? Quais são as suas divisões internas? Alguma facção deste grupo seria susceptível de ser conquistada para o Governo da UP? Como se exprimiam politicamente os seus interesses? Não podemos aqui ir além duma tentativa de esboço de resposta, mas mesmo isso talvez baste para dar uma ideia da complexidade do problema.

a) DIMENSÃO E ESTRUTURA

A força laboral activa no Chile em 1970 foi estimada em 2,6 milhões. Deste total, 21 % trabalhavam na agricultura, 16 % na indústria transformadora, 12 % no comércio e 27 % nos serviços¹¹. Dentro da estrutura profissional merecem atenção vários grupos da chamada *classe média*.

Em primeiro lugar há um sector muito numeroso constituído por empregados (*empleados*) que gozam de muitos privilégios financeiros e legais em comparação com os trabalhadores manuais do Chile, têm um sistema separado de organização sindical, filiações políticas diferentes e normalmente consideram-se um estrato social superior ao operariado (*obreros*)¹². Na indústria transformadora, os empregados constituem 24 % da força laboral (contra 54 % de operários); no sector de serviços, 49 % (38 % de operários); e no sector comercial, 29 % (18 % de operários)¹³.

Em segundo lugar, há os trabalhadores por conta própria, que são aqueles que não empregam trabalho pago, recorrendo apenas a trabalho familiar¹⁴. Constituem 16 % da força laboral na indústria, 13 % nos serviços e ascendem a 42 % no comércio (sendo 8 % deste grupo os que têm empregados). Os trabalhadores por conta própria são, pois, uma parte importante da estrutura profissional do Chile; em 1967, numa força laboral total de 2,4 milhões, cerca de 570 000 pertenciam a esta categoria¹⁵. Uma

¹⁰ Poulantzas, *op. cit.*, p. 193.

¹¹ Estes números são extraídos do censo oficial. São exaustivamente desenvolvidos numa interpretação muito detalhada de estrutura ocupacional chilena em *La Lucha...*, de Castells.

¹² Estes pontos, e as referências bibliográficas respectivas, vêm em *Politics*, caps. 3 e 4, de Angell. Artigo recente e interessante é o de Roberto Sánchez, «Las Capas Medias y la coyuntura política actual en Chile», in *Nueva Sociedad*, Costa Rica, n.º 15, Novembro-Dezembro de 1974.

¹³ Sánchez, art. cit., *ibid.*, pp. 57-58.

¹⁴ Esclareça-se que a maior parte desta discussão sobre a classe média incide sobre o sector urbano mais do que sobre o rural. Como os acontecimentos no mundo rural mereceram considerável atenção de outros sectores, limitar-me-ei aqui a fazer-lhes referência.

¹⁵ Alejandro Foxley e Oscar Muñoz, «Income Redistribution, Economics Growth and Social Structure», in *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, vol. 36, n.º 1, Fevereiro de 1974, p. 34. É interessante fazer algumas comparações internacionais: os trabalhadores por conta própria, em percentagem da população activa, no Reino Unido eram em 1966 apenas 4,2 %; na Argentina, 12 % (1960); no Brasil, 35,1 % (1960), e na República Dominicana, 43,9 % (1960). Miguel Murmis, *Tipos de Capitalismo y Estructura de Clases*, Buenos Aires, 1975, pp. 13-14.

grande parte é constituída por vendedores ambulantes; em 1970, quase dois terços da força de trabalho do comércio incluía-se nesta categoria¹⁶.

Em terceiro lugar, a estrutura industrial é caracterizada por um grande número de empresas muito pequenas e um número relativamente pequeno de grupos oligopolistas muito grandes. Assim, a maior parte dos postos de trabalho industriais são oferecidos por empresas com reduzido número de trabalhadores; em 1960, 46 % da força laboral da indústria trabalhava em empresas classificadas de artesanais, isto é, que empregavam 5 trabalhadores ou menos. Este sector está a decrescer de importância. Em comparação com 1957, em que se calculava existirem perto de 70 000 empresas pequenas e artesanais, em 1969 havia 28 700 (sendo o declínio mais marcado na empresa artesanal, em relação à empresa ligeiramente maior)¹⁷. Os operários dessas empresas não estavam autorizados a sindicalizar-se, sendo de 25 o número mínimo de operários necessários para se organizarem sindicalmente. Mas o que aqui nos interessa mais do que a ambígua posição de classe dos trabalhadores é a dos patrões. Será que se pode considerá-los parte da burguesia, com uma suposta identidade de interesses com patrões de dimensão muitas vezes maior? Ou seria de supor que ocupavam uma posição contrária à do capital monopolista, como pensava Allende? A posição de classe dos trabalhadores por conta própria e dos donos de empresas muito pequenas é geralmente ambígua, para não dizer contraditória. Como diz Castells,

«ao mesmo tempo que enfrentam o capital industrial e comercial, dependem dele; ao mesmo tempo que estão presos ao Estado pelas suas necessidades de crédito, suportam os impostos do Estado; ao mesmo tempo estão objectivamente próximos da classe operária e em quotidiana oposição a ela»¹⁸.

Finalmente, há a questão do posicionamento e identificação de classe dos funcionários do próprio Estado. Em 1970 eram 313 800 as pessoas empregadas directamente pelo governo central, havendo mais 109 900 ocupadas em várias empresas estatais¹⁹. Entre os maiores grupos contavam-se os professores e funcionários da administração escolar (73 000) e os empregados dos serviços de saúde (55 000)²⁰. Apesar de estarem legalmente proibidos de formar sindicatos, a verdade é que os funcionários públicos tornaram a lei e criaram sindicatos muito militantes, quando não politicamente radicais. Politicamente, alinhavam normalmente pelos partidos não marxistas (inicialmente pelos radicais, mas mais tarde pela democracia cristã) e em 1970 estava-se longe de ter a certeza de que os funcionários públicos colaborassem na transferência do poder do Estado para outra.

A modificação na composição da força laboral tendia geralmente a favorecer o crescimento do sector terciário. A percentagem de empregados na agricultura desceu de 30 % do total de empregados em 1952 para 21 % em 1970; e na indústria transformadora, de 19 % para 16 %. Mas, no mesmo

¹⁶ Castells, *op. cit.*, p. 94.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 78.

¹⁸ Castells, *op. cit.*, p. 50.

¹⁹ Sánchez, art. cit., *ibid.*, p. 57.

²⁰ Castells, *op. cit.*, p. 98.

período, o emprego no comércio subiu de 10 % da força laboral para 12 %, e nos serviços de 22 % para 26%²¹. No sector dos serviços, nos dez anos seguintes a 1960, a força laboral aumentou em 170 000 trabalhadores²².

b) A PROFISSÃO, A POBREZA E O ESTADO

Da análise destes números e da distribuição do rendimento, dois pontos ressaltam: o primeiro é que a distribuição da pobreza é altamente complexa; o segundo é que o papel do Estado é de grande importância, tanto directa como indirectamente, para muitos grupos profissionais.

A diferença entre o rendimento médio dum empregado e o dum operário reduziu-se, durante a década de 1960-70, de 3,97 no princípio para 2,05 no fim daquele período²³. Mas este aspecto esconde o alargamento da escala da distribuição dos rendimentos que se verificou no âmbito de cada uma daquelas categorias genéricas. O grupo mais pobre, no Chile, encontra-se no sector agrícola; mas imediatamente a seguir em pobreza «vem um grupo constituído por trabalhadores em actividades de serviços, sejam eles eventuais, permanentes ou trabalhadores por conta própria. O terceiro grupo é constituído por operários industriais, provavelmente de empresas pequenas e médias. O segmento mais pobre, ou seja, de pessoas que ganham um salário mínimo ou menos, compreende a vasta maioria (três quartos ou mais) dos trabalhadores rurais e de serviços e apenas um pouco mais de 40 % dos trabalhadores da indústria»²⁴. Os problemas que este padrão de pobreza cria a uma redistribuição socialista do rendimento são obviamente grandes. Mas o que importa salientar aqui é que o leque de rendimentos dentro da categoria a que vulgarmente se chama *classe* média é muito amplo e que há nela sectores que ganham menos do que os trabalhadores manuais da indústria moderna, nomeadamente das minas de cobre. Ainda não houve uma só receita ou fórmula económica que, pela sua aplicação, conquistasse a gratidão dos sectores médios; nem tão-pouco se descobriu a solução simples para o problema de tornar mais equitativa a distribuição do rendimento.

A questão de saber quem controla o Estado, e no interesse de quem, é relevante, e não só para a reconhecidamente grande parte da força laboral que o Estado emprega. O papel do Estado como fornecedor de crédito e investimento assume também importância fulcral para grande parte da indústria. A proporção do investimento público traduzida em percentagem do total do investimento aumentou de 28 % em 1940 para 71 % em 1968²⁵. O tipo de decisões em matéria de investimento, de política de crédito e de política de investimento tomadas pelo Governo chileno afectou directamente a sobrevivência económica dum grande número de pequenos e médios empresários. Este grupo, desde que se convencesse de que a política do Governo era contrária aos seus interesses, podia tornar-se a base duma oposição feroz, como Allende verificou. E nenhum governo interessado em

²¹ Lucía Ribeiro M. e Teresita de Barbière, «La mujer obrera chilena: una aproximación a su estudio», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 16, Abril de 1973, p. 174.

²² Sánchez, art. cit., *ibid.*, p. 57.

²³ Id., *ibid.*, p. 58.

²⁴ Foxley e Muñoz, art. cit., *ibid.*, p. 34. Escrevem eles que «A solução não é apenas impor salários mínimos, uma vez que estes não são cumpridos, ou apenas contribuem para agudizar o problema do emprego».

²⁵ Sánchez, art. cit., *ibid.*, p. 61.

criar um clima político favorável a grandes maiorias eleitorais podia ignorá-lo.

Da análise do tratamento dado pela UP à classe média resulta a crítica do fracasso do Governo em desagregar as várias facções ou estratos existentes dentro das *capas medias* e em descortinar a estratégia de aliciamento adequada para cada facção. Considera Castells que o erro da UP residiu em ter amalgamado todos esses diversos grupos num só, tratando-os dum modo uniformemente economicista, em vez de separar os grupos cujos interesses económicos estavam em contradição com os interesses de longo prazo da oligarquia. Num conselho que há que relacionar os vários grupos com o seu papel no processo produtivo e com os interesses ideológicos que o processo produtivo determina ²⁶.

Com a sua autoridade de secretário-geral de um dos principais partidos da UP, que continua activamente empenhado na tarefa de procurar compreender os fracassos do Governo de Allende para criar um movimento de resistência que seja bem sucedido, Jaime Gazmuri refuta a utilidade do conceito de pequena burguesia aplicado à sociedade chilena ²⁷. O seu ponto de vista é o de que uma política de alianças tem de começar por uma definição tão precisa quanto possível da estrutura social e das várias classes, sua formação, particularidades económicas, ideologias políticas e inter-relações; e acrescenta, com dureza, que não se trata dum luxo académico, mas sim duma necessidade política ²⁸.

Castells argumenta que não há qualquer contradição estrutural entre a pequena burguesia e a burguesia; «depende das pessoas e da conjuntura» ²⁹. Poulantzas afirma que «a pequena burguesia não é uma burguesia mais pequena do que as outras; não faz de modo algum parte da burguesia, uma vez que não explora, ou, pelo menos, não está predominantemente envolvida na exploração do trabalho assalariado. A diferença entre um artífice duma empresa artesanal, ou mesmo semiartesanal, e um pequeno patrão que explora dez operários não é a mesma que a diferença entre este último e o patrão que explora vinte operários; há nisto uma barreira de classe que não se pode reduzir a uma diferença de grandeza» ³⁰.

No fundo, como Poulantzas reconhece, o problema é político.

«A pequena burguesia, por sua parte, não tem qualquer posição autónoma de classe a longo prazo e, como a história o demonstrou,

²⁶ M. Castells, em edição de R. Benítez, *Las Clases Sociales en América Latina*, México, 1974, p. 452.

²⁷ Gazmuri é secretário-geral do MAPU-Obrero y Campesino. A sua análise faz parte dum impressionante estudo intitulado *Aprender las lecciones del pasado para construir el futuro*, policopiado, pp. 17 e 45.

²⁸ Os perigos da interpretação *mecânica* da estrutura ficaram demonstrados na política agrária do seu próprio partido: «[...] de acordo com a definição do MAPU, no grupo dos 40-80ha básicos há grande burguesia agrária e média burguesia agrária. A fluidez das definições e o facto de os grupos terem tendência para se interpenetrar colocam uma série de problemas às organizações políticas de qualquer localidade, porque, enquanto a grande burguesia é para atacar, a média é para ser conquistada ou neutralizada.» (Ian Roxborough, *Agrarian Policies in the Popular Unity Government*, boletim n.º 14, 1974, Instituto Latino-Americano, Universidade de Glasgow, p. 6.)

²⁹ Castells, *La Lucha...*, p. 30.

³⁰ Poulantzas, *op. cit.*, p. 151.

não pode, geralmente, ter as suas próprias organizações políticas. A polarização da pequena burguesia em torno de posições de classe proletárias depende da possibilidade de a pequena burguesia estar *representada* pelas organizações de luta de classes da classe operária; estas organizações não podem pura e simplesmente pegar na pequena burguesia e arrastá-la como uma grilheta.»³¹

Mas, na prática, no Chile de 1970, os representantes da classe operária tomaram essa opção? Os partidos da classe operária terão perdido uma oportunidade de conquistar a adesão de sectores dominantes da classe média?

c) A POLÍTICA DA CLASSE MÉDIA

Para começar, a UP tinha muito pouco apoio eleitoral da classe média; não se trata de ter perdido muitos votos da classe média por causa dos seus erros económicos.

Embora o Partido Radical (se bem que não todo) apoiasse Allende em 1970, nessa altura os radicais eram já uma sombra de si próprios e de modo nenhum se podiam considerar representativos da classe média. Nos finais da década de 60, a base eleitoral do Partido Radical estava reduzida a umas quantas províncias agrícolas e mineiras; o partido era muito fraco nos grandes centros urbanos de Santiago e Valparaíso³². Num estudo eleitoral verificou-se que não havia «praticamente nenhuma relação entre a votação nos radicais em 1969 e a votação em Allende em 1970. A relação existente era aliás ligeiramente negativa (isto é, quanto maior era a votação nos radicais em 1969, menor era a votação em Allende em 1970)»³³. E ainda ficou mais enfraquecido, em 1971, com a cisão dum grupo de direita, a Democracia Radical, que levou consigo um terço da base eleitoral do partido. Em consequência destas divisões, e com a tensa polarização política de 1972-73, os radicais, tanto os que eram a favor como os que eram contra o Governo, sofreram pesadas perdas nas eleições parlamentares de 1973 (desceram de 25 deputados para 8).

Historicamente, a classe média tem uma longa tradição de identificação com movimentos que recusam o marxismo. Um inquérito à opinião pública chilena realizado em 1958 concluiu que 45 % dos operários artesanais e dos trabalhadores por conta própria se identificavam como sendo de «direita» e 14 % do «centro» (e só 23 % apoiavam a «esquerda»); os pequenos empresários alinhavam maciçamente à «direita», havendo 48 % que a apoiavam e 31 % que declaravam afinidades com o «centro» (que incluía os democratas cristãos); e entre os «colarinhos brancos» era escassa a maioria da «esquerda» no que toca a preferências políticas³⁴.

Um cuidadoso estudo das eleições de 1969, 1970 e 1971 concluiu que «as classes médias urbanas contavam muito pouco no apoio eleitoral

³¹ Poulantzas, *op. cit.*, pp. 334-335.

³² Urs Muller-Platenberg, «La Voz de las Cifras: un análisis de las elecciones en Chile entre 1957 y 1971», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 14, Outubro de 1972, p. 158.

³³ Robert Ayres, «Electoral Constraints and the Chilean Way to Socialism», in *Studies in Comparative International Development*, Verão de 1973, p. 142.

³⁴ Guillermo Briones, «La Estructura Social y la Participación Política», in *Revista Interamericana de Ciencias Sociales*, 1963, vol. 2, n.º 3, pp. 392-394.

à UP»³⁵. O estudo que Robert Ayres fez das votações no Chile mostrou que a presença daquilo a que ele chamava «a classe baixa administrativa» tinha uma forte e positiva correlação com a votação dos democratas cristãos e negativa com o apoio aos socialistas e radicais. No caso da «classe média inferior autónoma» (a pequena burguesia) havia uma correlação positiva com a votação na «direita» tradicional (o Partido Nacional e seus predecessores, os liberais e os conservadores) e negativa com a votação nos radicais, socialistas e comunistas³⁶.

Mesmo nos sectores dos empregados sindicalizados havia uma marcada diferença na filiação política em comparação com o operariado. Nas eleições nacionais para a CUT (a confederação nacional de trabalhadores) em 1972, embora, no total, os partidos da UP tenham ganho por larga maioria, nas assembleias de votos dos sindicatos de empregados os democratas cristãos obtiveram 45 % dos votos, comparados com 22 % para os comunistas, 19 % para os socialistas e apenas 7 % para os radicais³⁷.

Uma parte importante destes sindicatos de empregados eram constituídos por funcionários do Estado, com um elevado grau de sindicalização. Os sindicatos chilenos do sector público têm um historial de militância, mas não de identificação com os programas políticos de esquerda. Um dos problemas que ao Governo de Allende se depararam foi a falta de cooperação do sector público, grande parte do qual se identificava com a classe média, supostamente acoçada³⁸. Tem-se dito que os interesses de classe da burocracia estão com o sistema de dominação capitalista. «Grande parte dos agentes dos aparelhos repressivo e ideológico do Estado (professores, jornalistas, trabalhadores sociais, etc.) participam [...] nas tarefas de inculcação ideológica e repressão política das classes dominadas, e particularmente da vítima principal, a classe operária.»³⁹

Acaso poderia este padrão de comportamento ter sido alterado e a burocracia chilena ter-se tornado um instrumento de transformação política, em vez de ser instrumento da dominação conservadora? São relativamente escassas as análises sobre o funcionalismo público no Chile⁴⁰, mas tem-se notado que a UP nunca adoptou a tática correcta relativamente à burocracia, partindo do princípio de que um partido militante por definição seria eficiente na administração. A atitude da UP para com a burocracia era contraditória — ao mesmo tempo que pretendia negar a sua existência separada, procurava também usá-la. Esta atitude alienou os burocratas enquanto classe e originou a ineficácia da administração estatal⁴¹.

³⁵ Muller-Platenberg, art. cit., *ibid.*, p. 170.

³⁶ Ayres, art. cit., *ibid.*, pp. 145-147.

³⁷ Números oficiais da CUT, amavelmente cedidos por Laurence Whitehead.

³⁸ «Os dados disponíveis sobre o funcionalismo indicam que todos os seus estratos se identificam com a classe média»: James Petras, *Politics and Social Forces in Chilean Development*, Califórnia, 1969, p. 321. O autor cita os resultados dum inquérito em que 72 % dos entrevistados do funcionalismo civil se identificavam com a classe média (em comparação com 11 % dos estratos superiores e médio-superiores e 14 % dos inferiores e médio-inferiores).

³⁹ Poulantzas, *op. cit.*, p. 272.

⁴⁰ Embora haja um excelente estudo do período Frei da autoria de Peter S. Cleaves: *Bureaucratic Politics and Administration in Chile*, Califórnia, 1974; ver também José Sulbrandt, «La Burocracia como grupo social», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 14, Outubro de 1972.

⁴¹ Hugo Zemelman, *El Proceso Chileno de Transformación y los Problemas de Dirección Política*, Cuadernos, El Colegio de Mexico, n.º 7, 1974, p. 36.

d) A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE MÉDIA

A classe média chilena tem um longo passado de organização e mesmo de insurreição. As classes médias vieram para a rua em 1931 para derrubar a ditadura de Ibañez. Desde as campanhas de Alessandri, ou de José Santos Salas, nos anos 20, ou da Frente Popular nos anos 30, os sectores médios foram os militantes do mundo político. Uma das explicações deste facto reside em a pequena burguesia chilena sempre ter ocupado uma posição relativamente autónoma perante o Estado e a grande burguesia, o que lhe permitiu manter uma identidade de classe (ao contrário do que sucede no Brasil ou no México, onde este sector é dominado pelo Estado e pelo capital). Tal posição foi no Chile facilitada pelo sistema parlamentar e democrático, que proporcionou à pequena burguesia um campo independente de influência política em que pôde tirar partido das oportunidades oferecidas pelo crescimento do sector público⁴². Portanto, uma vez que ela beneficiava grandemente com o sistema existente, era de esperar que um claro desafio àquele sistema provocasse nela uma forte reacção de defesa.

O ataque à UP foi conduzido pelos *grémios*, associações de profissionais e empresários amplamente identificados com a direita e capazes de mobilizar sectores consideráveis da população chilena, como a «greve dos patrões» de Outubro de 1972 tão claramente o demonstrou. Os pequenos comerciantes estavam organizados num *grémio* com cerca de 160 000 membros (que se afirmava representarem 90 % do total do país), chefiado por um membro do Partido Nacional; os camionistas, muitos dos quais não possuíam mais de um ou dois camiões, conseguiram controlar mais de 25 000 sócios e o seu cabecilha, León Villarín, sagrou-se como um dos mais famosos opositores da UP; a confederação de *colegios* profissionais agregava vinte associações profissionais, caso dos 20 000 membros do *grémio* de contabilistas ou dos 7000 médicos⁴³.

Embora tais organizações já existissem muito antes do Governo de Allende (a associação dos proprietários de camiões datava de meados da década de 50), a verdade é que elas cresceram em número, militância e organização durante este período. Associações representativas de interesses distintos — grandes e pequenas firmas comerciais, por exemplo — aliam-se para travar batalha comum contra o Governo de Allende. As associações profissionais formaram em 1971 uma confederação (agrupando cerca de 114 organizações filiadas)⁴⁴. Não é hoje segredo para ninguém que muitas delas beneficiavam de financiamentos da CIA. Mas os fundos vindos do estrangeiro e as novas ligações com os maiores grupos económicos não deverão levar-nos a menosprezar o intenso apoio que os *grémios* receberam da parte dos seus membros e da classe média chilena. Como escreve Whitehead, «desprezá-los como títeres manipulados pelo grande capital seria subestimar a intensidade de sentimentos de muitos dos seus membros. Aparentemente, os grandes comerciantes tendiam a ser ligeiramente mais conciliadores em relação ao Governo do que os pequenos lojistas. Assim como havia alguns indícios de que as 35 grandes empresas

⁴² Rui Mauro Marini, «Chile transición o revolución?», in *Pasado y Presente*, Córdoba, Argentina, Abril-Junho de 1973, vol. iv, n.º 1, pp. 74-75.

⁴³ Whitehead, *op. cit.*, p. 45.

⁴⁴ Armando Mattelart, «El gremialismo y la línea de masa de la burguesía Chilena», in vários autores, *Economía y Sociedad bajo la Junta Militar*, edição policopiada, Buenos Aires, 1975, p. 59.

de camionagem teriam gostado de suspender a sua greve antes que Villarín estivesse disposto a fazê-lo»⁴⁵.

e) PODERIA A UP TER CONQUISTADO O APOIO DE SECTORES MÉDIOS?

Allende e o Partido Comunista tinham esperanças de estabelecer uma divisão entre o capital monopolista e as pequenas e médias empresas. No campo político esperavam dividir os democratas cristãos e conseguir o apoio da sua ala esquerda. Seria uma esperança vã? Claro que não era fácil, porque grande parte da classe média estava intimamente ligada, ideológica e organicamente, à direita.

A expansão económica do primeiro ano da UP trouxe lucros consideráveis a muitos sectores da pequena burguesia. Mas, apesar de alguns deles nunca terem estado tão bem, nunca tinham manifestado tão feroz oposição aos partidos e políticas da esquerda⁴⁶. É certo que, com as JAPs (juntas de abastecimentos e preços), o Governo criou uma rede de controlo local sobre a provisão de necessidades básicas. Mas havia muitos pequenos lojistas envolvidos no processo, o que em alguns casos lhes garantia fornecimentos que doutra forma não teriam conseguido. No entanto, o medo do futuro foi mais forte do que os benefícios do presente e muitos comerciantes recearam que as JAPs constituíssem um passo no sentido da eliminação geral que os esperava⁴⁷. No entender do político radical Luis Bossay, os radicais tinham de se opor ao Governo, porque este queria nacionalizar tudo — os camiões, as máquinas de costura, os talhos, toda a terra e as alfaias agrícolas. É evidente que isto era falso, mas era o que os opositores do Governo queriam fazer crer, e, na exacerbada tensão de 1972 e 1973, muitos foram os elementos da classe média que acreditaram em tal propaganda.

A estratégia da UP para conquistar a pequena burguesia consistia numa política económica razoavelmente clara e numa política ideológica bastante confusa. Pressupôs-se que muitas pequenas e médias empresas estavam em oposição, pelo menos objectivamente, às grandes (muitas delas estrangeiras) e que uma política que consistisse em garantir créditos aos pequenos empresários, as peças sobressalentes e uma quota do mercado iria pelo menos neutralizá-los e, na melhor das hipóteses, aliciá-los⁴⁸. É difícil saber em que medida tal política teria eventualmente afectado a fidelidade dos pequenos e médios empresários, porque a segurança necessária para tornar efectiva tal política não existia ao cabo do primeiro ano de UP. (Se tal se devia a má gestão económica, aos movimentos adversos dos preços mundiais ou a sabotagem interna e externa, é problema demasiado complexo para que se possa examiná-lo aqui.)

⁴⁵ Whitehead, *op. cit.*, p. 45.

⁴⁶ Gazmuri, *op. cit.*, p. 51.

⁴⁷ Cristobal Kay, «Chile: the making of a coup d'état», in *Science and Society*, Primavera de 1975, p. 9, e Marco Antonio Gamero, «Elementos para el análisis y la investigación del proceso político Chileno», in *Revista Latinoamericana de Sociología*, n.º 2, 1975, p. 132.

⁴⁸ Julio López, «Sobre la construcción de la nueva economía», in M. A. Garretón (ed.), *Económica y Política en la Unidad Popular*, Barcelona, 1975, pp. 158-160. Este livro é uma compilação muito útil de artigos originariamente publicados nos *Cuadernos de la Realidad Nacional*. Sobre este ponto veja-se também Castells, *La Lucha...*, p. 78.

Mas o segundo elemento da estratégia nem sequer atingiu a fase da aplicação fracassada. A luta ideológica, especialmente quando a oposição controla a maior parte dos meios de comunicação de massa, não é fácil. Houve quem argumentasse que a concentração do Governo no proletariado não atribuía qualquer papel aos sectores médios; que as convicções e aspirações, muito reais e distintas, da classe média no campo cultural, educacional e ideológico eram menosprezadas ⁴⁹. Mas como teria sido possível incorporar no programa da UP essas diversas aspirações? Ninguém o pode dizer claramente. Um dos mais esclarecidos comentadores políticos do Chile recomendava «a reintegração da classe média no destino da nação». O que implicava um processo de educação e a demonstração de que o destino daqueles que constituem a classe média não é tornarem-se capitalistas, nem atingir o nível de vida destes, porque isso seria pura e simplesmente impossível para a maioria dos Chilenos. Era preciso «convidá-los a compartilhar e a ocupar um lugar no processo de construção dum Chile mais independente, mais soberano e mais desenvolvido». Visão nobre, sem dúvida; mas o nível essencialmente retórico a que este tipo de debate era conduzido está expresso na pergunta que ele a seguir formula: «A verdadeira questão é esta — como fazê-lo?» ⁵⁰

Sem segurança económica era presumível que a persuasão ideológica, por muito bem planeada que fosse, tivesse pouco impacte. Se a UP tivesse sido capaz de proporcionar porto seguro aos pequenos proprietários, como era sua intenção, talvez a persuasão ideológica tivesse sido desnecessária. Mas, tal como para tantas outras questões acerca da política deste período, não há resposta definitiva possível. A UP não era tacticamente consistente, por muito firmes que fossem as suas intenções a longo prazo. Talvez fosse impossível para a UP conquistar os sectores médios, ao mesmo tempo que consentia à «impensada acção do esquerdismo infantil», na expressão de Aniceto Rodríguez ⁵¹, arrebatar a imaginação desses sectores com a imagem de um Chile em que eles não tinham futuro. Provavelmente, a batalha estava perdida antes de poder ser ganha e nenhuma política teria convencido a classe média a abandonar os seus representantes históricos em favor dos partidos marxistas. Talvez uma actuação económica mais eficaz tivesse diminuído a intensidade do conflito e permitido, pelo menos, à UP chegar ao fim dum período presidencial, independentemente do resultado de quaisquer eleições então realizadas. Testemunho da importância da experiência chilena é o facto de tais questões continuarem a suscitar a nossa atenção, mesmo que para elas não haja resposta.

3. OS SINDICATOS E A CLASSE OPERÁRIA

«O factor que, a nosso ver, nos impediu de converter as condições objectivas favoráveis e a estratégia global geralmente correcta numa vitória decisiva para a classe operária e o povo foi a ausência duma

⁴⁹ Gamero, art. cit., *ibid.*, p. 132.

⁵⁰ Luis Maira, *Dos años de Unidad Popular*, Santiago, 1973, pp. 14-15. Maira foi deputado pelo pequeno partido Izquierda Cristiana.

⁵¹ Aniceto Rodríguez, «Ineludible unidad para la resistencia Chilena», in *Nueva Sociedad*, Novembro-Dezembro de 1975, n.º 21, p. 42. Rodríguez foi senador e secretário-geral do Partido Socialista Chileno.

vanguarda proletária unida, homogénea e hegemónica no cerne da UP e do Governo.» (Comité central do MAPU OC, Maio de 1974.)⁵²

Esta crítica foi dirigida aos principais partidos políticos da UP, mas, dado que o movimento sindical estava altamente politizado no Chile, não será possível encarar tal crítica como extensiva às inadequações do movimento sindical? O movimento sindical chileno aceitou os desafios que se lhe depararam? Neste capítulo examinaremos qual a força do movimento sindical, suas relações com os sectores não organizados da classe operária e as limitações do processo de participação dos trabalhadores na gestão industrial.

a) OS SINDICATOS: SUA DIMENSÃO E POLÍTICA

Calcular o número de sindicatos e de sindicalizados no Chile é operação incerta⁵³. De acordo com números oficiais, a distribuição dos sindicatos legais no Chile era a seguinte:

Sindicatos: estrutura e número de filiados

[QUADRO N.º 1]

	Número	Filiados	Dimensão média
Sindicatos industriais	1 561	202 771	129
Sindicatos profissionais	2 824	247 003	87
Sindicatos campesinos	587	152 532	259
Total	4 972	602 306	

Fonte: *Memória del Consejo Directivo al 6.º Congreso Nacional de la CUT*, Dezembro de 1971, p. 84. Os números referem-se a sindicatos legais registados até Outubro de 1971.

No entanto, aos sindicatos legais teremos de acrescentar os membros de organizações do sector público que não tinham estatuto legal de sindicatos, embora, na prática, funcionassem como tais. Assim, acrescentando 300 000 aos mencionados 600 000, e com mais de 100 000 para os sindicatos constituídos depois de Outubro de 1971 (o que acontecia nas zonas rurais), atingimos um número que ronda o milhão de sindicalizados, num total de 2,6 milhões de população activa, proporção relativamente elevada em termos internacionais.

Mas isto é apenas uma pequena parte da história. Quase metade de todos os sindicatos chilenos tinham menos de 50 membros; e só 40 tinham mais de 2000⁵⁴. O número de trabalhadores sindicalizados praticamente duplicou entre 1967 e 1972, mas este aumento verificou-se, na sua maior parte, no sector rural ou foi resultado duma maior proliferação de sindicatos muito pequenos na indústria transformadora⁵⁵. As federações fortes (como

⁵² Citado por Gazmuri, *op. cit.*, p. 28.

⁵³ As incertezas, bem como certos cálculos aproximativos relativamente aos últimos anos do Governo de Frei, são objecto de análise em *Politics*, de Angell.

⁵⁴ A fonte é a mesma que a do quadro n.º 1.

⁵⁵ Atilio Borón, «La movilización política en Chile», in *Foro Internacional*, Julho-Setembro de 1975, p. 91. Borón indica o número de 1 068 912 sindicalizados em 1972, o que corresponde, em estimativa, a 38 % da população activa.

a dos operários do cobre e certos sindicatos do sector público) ou os sindicatos industriais poderosos (caso de certos sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos) eram excepções; a regra era o pequeno sindicato de fábrica (o *sindicato industrial*), ou o ainda mais pequeno sindicato de empregados (o *sindicato profesional*).

Embora a debilidade dos sindicatos chilenos fosse, em parte, produto dum código legal restritivo (e o governo da UP nunca teve no Congresso força bastante para impor, neste domínio, uma reforma legal profunda), a pequena dimensão dos sindicatos era também consequência da estrutura da indústria.

Emprego na indústria transformadora em 1967

[QUADRO N.º 2]

Pessoas empregadas	Número de empresas
1-4	21 450
5-9	5 251
10-49	5 353
50-99	694
≥ 100	692

Fonte: Lucio Geller, «Algunas preguntas sobre la construcción del socialismo en Chile», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 9, Setembro de 1971, p. 106.

Partindo dum método de classificação diferente, Castells estima em 124 800 o número de operários e empregados que havia no sector industrial dinâmico, 138 700 no sector intermédio e 287 000 no sector tradicional⁵⁶. Ou, dividindo por dimensão, 44 % da força laboral estava empregada em grandes fábricas (de 200 ou mais operários), 40 % em empresas médias (entre 20 e 199) e 16 % em pequenas empresas (entre 5 e 19).

O significado destes números é perfeitamente claro. O movimento sindical estava muito disperso. Havia grandes variações internas em termos de dimensão, força e meios. Em comparação com as gigantescas e poderosas estruturas da Argentina, o movimento chileno era fraco, embora tivesse desenvolvido um grau de consciência de classe notavelmente elevado.

De qualquer modo, não se pode menosprezar a diversidade de opiniões políticas no seio do movimento operário, mesmo nos sectores que apoiavam a UP. Comentando as eleições sindicais realizadas no Chile em 1973, Touraine chamou a atenção para o facto de, nas eleições para os sindicatos de metalúrgicos em Huachipato, a maioria ter sido ganha pela oposição, apesar de anteriormente a maioria ter pertencido à UP. E atribuía este facto à atitude «economicista» dos operários do aço, que ganhavam altos salários, atitude essa muito semelhante ao *gremialismo* das classes médias. Era flagrante o contraste com, por exemplo, os operários têxteis da fábrica Sumar. Nesta fábrica, um operariado combativo resistiu à entrada das forças armadas que ali iam procurar armas⁵⁷.

⁵⁶ Castells, *La Lucha...*, p. 83.

⁵⁷ Touraine, *op. cit.*, pp. 137-139.

Os mineiros do cobre do Chile, especialmente da mina de Chuquicamata, há muito que eram considerados os menos comprometidos politicamente de todos os operários chilenos, embora tradicionalmente escolhessem dirigentes de esquerda. Segundo afirma Petras, «Os operários vêm para 'Chuqui' por uma razão: para ganhar dinheiro. Ao cabo de alguns anos, muitos deles vão-se embora. Há pouca noção de comunidade entre a classe operária. Geograficamente distantes, socialmente isolados, desenraizados do seu enquadramento de classe normal, em transição para novas oportunidades profissionais — os mineiros de cobre de Chuquicamata têm consciência salarial, mas não têm consciência de classe»⁵⁸. E citava um dirigente sindical que declarava que os mineiros «votam nos sindicatos de esquerda porque estes são melhores negociadores de novos contratos». Nas eleições realizadas em 1973 para o sindicato dos empregados, os democratas cristãos conquistaram 3 lugares, o Partido Nacional 1 e a UP 1; até aí a UP detinha 3 lugares e os democratas cristãos 2. Nos operários, os democratas cristãos passaram de 1 representante para 2 entre os 5 membros da direcção sindical⁵⁹. Na votação para o sindicato dos empregados, os democratas cristãos obtiveram 45 % dos 2419 votos; ao mesmo tempo, captaram 30 % dos votos dos 2754 operários. Nem os mineiros de Chuquicamata nem os da mina de El Teniente, onde, em 1973, houve longa e onerosa greve, estavam preparados para moderar as suas reivindicações salariais a favor do interesse nacional geral (embora haja boas provas de que, na greve de El Teniente, os activistas eram em grande parte empregados afectos à democracia cristã, que na altura, à semelhança do que acontecia com muita gente do seu partido, tinham chegado ao ponto de identificar o interesse nacional com o derrube do Governo).

Seria errado supor que a atitude dos trabalhadores das minas de cobre e da indústria do aço era totalmente atípica no conjunto da classe trabalhadora chilena. Um estudo comparativo das atitudes dos trabalhadores de várias profissões concluiu que se verificavam também entre os operários têxteis certas atitudes não socialistas⁶⁰. Claro que era entre os empregados, os chamados *colarinhos brancos*, que a UP encontrava a mais forte oposição; mas convém lembrar que alguns sindicatos de empregados tinham sido dirigidos por militantes da UP. A companhia aérea chilena, LAN Chile, passou para as mãos da democracia cristã, que obteve no órgão executivo uma maioria de 3 para 2. No Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SUTE), talvez o maior sindicato do Chile, nas eleições de Janeiro de 1973, os democratas cristãos obtiveram grande recuperação, conquistando 35 600 votos contra 36 500 da UP e aumentando a sua representação no executivo de 3 para 16. Na Federação dos Trabalhadores da

⁵⁸ James Petras, «Chile: Nationalization, socio-economic change and popular participation», in *Studies in Comparative International Development*, Primavera de 1973, p. 26. Chuquicamata emprega cerca de 5000 operários e 5000 empregados não operários.

⁵⁹ Francisco Zapata, *Ciudades Mineras y Relaciones Industriales en America Latina: El Caso de Chuquicamata: 1971-1973*, edição policopiada, México, 1974, p. 17. Deve notar-se que o comportamento político da Chuquicamata sempre foi um tanto heterodoxo, sendo, aliás, a praça-forte do dissidente Partido Socialista Popular. Agradeço ao Dr. Zapata o ter-me enviado este e outros livros seus, que não estão publicados.

⁶⁰ Petras, *Chile*, p. 32: «Poucos trabalhadores são membros de qualquer partido político [...] o nível de consciência dentro da fábrica não ia muito além do 'económico' — preocupam-nos mais as questões sindicais.»

Saúde (FENATS), os democratas cristãos e dois pequenos partidos anti-UP conquistaram a maioria com 5200 votos em 13 000, em parte porque os socialistas e os comunistas não conseguiram chegar a acordo para uma lista comum e apresentaram listas separadas, cada uma das quais obteve cerca de 3000 votos ⁶¹.

O maior teste às preferências políticas dos sindicalizados veio com as primeiras eleições directas de sempre para o executivo da CUT, em 1972. Os resultados foram os seguintes:

Votação nas eleições nacionais da CUT de 1972

[QUADRO N.º 3]

Operários	Votos	Porcentagem	Empregados	Votos	Porcentagem
Comunistas	113 000	38	Democratas cristãos ..	61 000	41
Socialistas	95 900	38	Comunistas	33 000	22
Democratas cristãos ...	47 400	16	Socialistas	29 000	19
MAPU	22 000	7	Radicais	11 000	7
FTR (grupo do MIR)	5 800	1			
Radicais	5 600	1			
	291 400(a)			146 000(a)	

(a) Inclui os votos noutros pequenos partidos.

Fonte: ver nota n.º 37. Números ligeiramente diferentes são os que Castellis publica em *La Lucha...*, p. 427. Mas, como a contagem levou cerca de seis semanas e foi contestada, não admira que haja discrepâncias.

Embora os candidatos da UP conquistassem mais de 70 % do total de votos, os democratas cristãos dominaram no sector dos empregados. Além disso, os democratas cristãos conseguiram a maioria na Central de Santiago, com 35 000 votos, contra 30 000 dos comunistas e 25 000 dos socialistas, e conseguiram controlar a secção regional da CUT na província de Santiago. Em muitos sindicatos de empregados, como o dos professores, os partidos da oposição tiveram a maioria, ao passo que em sindicatos de operários, como o dos mineiros de carvão, menos de 10 % votaram na oposição (12,5 % no caso dos operários da construção) ⁶². É também interessante referir a quase completa falta de apoio à Frente de Trabajadores Revolucionarios, que seguia a linha do MIR, de extrema esquerda.

Dispomos de poucos dados sobre filiações partidárias para podermos fazer comparações. Além disso, o significado do número de filiados diferia de partido para partido, sendo os comunistas quem exigia lealdade mais disciplinada do que qualquer outro partido. Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista, proclamava que este e a respectiva organização de juventude tinham 250 000 membros, organizados em 10 000 células. E acrescentava que 75 % eram operários. O Partido Comunista Chileno

⁶¹ Henry Landsberger e Tim McDaniel, «Mobilization as a double-edged sword: The Allende Government's uneasy relation with labour», reproduzido em Sessões da Subcomissão para os Assuntos Interamericanos da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Câmara dos Representantes, *The United States and Chile During the Allende Years, 1970-1973*, Washington D. C., 1975. Cita-se com amável autorização dos autores. Artigo a publicar em *World Politics*, Julho de 1976.

⁶² Whitehead, *op. cit.*, p. 30.

era considerado um movimento de massas mais do que um partido elitista⁶³. Castells fornece os números seguintes quanto aos partidos e seus militantes: comunistas, 160 000; socialistas, 80 000; MAPU, 50 000; MIR, 10 000; democratas cristãos, 60 000; e 30 000 para o Partido Nacional e outros grupos de extrema direita⁶⁴. Mas não indica a fonte de tais dados, que parecem improvavelmente altos. Prevalece, no entanto, o ponto de que a base de massas da UP se situava na força operária organizada.

No entanto, ainda que se conceda uma generosa estimativa de 40 % para a proporção de força laboral organizada em sindicatos, e mesmo omitindo do cálculo aqueles que não podiam formar sindicatos (patrões, forças armadas, etc.), ainda ficava muita gente fora da estrutura sindical. E havia em especial as mulheres e os habitantes das chamadas cidades de barracas.

b) AS MULHERES E A UP

As mulheres tiveram um papel activo na política durante o Governo da UP, mas mais em oposição a ele do que em seu apoio. A primeira manifestação de massas contra a UP e a última foram feitas por mulheres⁶⁵.

O papel económico das mulheres na sociedade chilena contrasta com o dos homens. Da população activa em 1970, 77 % eram homens e apenas 23 % mulheres (em 1952, a proporção era levemente superior, perto dos 25 %)⁶⁶. Duma população feminina total de 4,5 milhões em 1970, só 13 % eram mulheres economicamente activas, em comparação com 44 % dos homens. Das mulheres com ocupação remunerada, relativamente poucas pertenciam ao sector industrial (18 %). A maior parte das mulheres empregavam-se no sector dos serviços (53 %), sendo que mais de um quarto das mulheres eram empregadas domésticas, embora o número real fosse provavelmente superior, dado que se estima em 45 % a percentagem das empregadas domésticas que não estavam inscritas pelos respectivos patrões como beneficiárias da segurança social⁶⁷. Menos de 3 % da força laboral feminina estava registada como trabalhando na agricultura. De facto, a maior parte do trabalho feminino na agricultura era constituído por trabalho familiar em pequenas propriedades, não pago⁶⁸.

⁶³ Eduardo Labarca, *Corvalán 27 horas*, Santiago, 1973, pp. 68-95.

⁶⁴ Castells, *La Lucha...*, pp. 425-426.

⁶⁵ Michèle Mattelart, «Chile: the feminine side of the coup, or when bourgeois women take to the streets», in *NACLA Latin American Report*, vol. IX, n.º 6, Setembro de 1975, p. 15. O general Leigh, membro da Junta Militar, prestou o seguinte tributo: «As mulheres ensinaram-nos realmente, a nós homens, uma lição. Nunca curvaram a cabeça, aceitando algo que não quisessem; provaram que eram insubmissas e que estavam prontas a defender o que era justo. Resistiram a todos os desafios. Queremos que elas participem na administração deste país. A mulher terá um papel tão importante como as associações económicas, as forças armadas e os partidos políticos (sic)»: transcrito por Mattelart de *El Mercurio* de 23 de Setembro de 1973.

⁶⁶ Lucía Ribeiro M. e Teresita de Barbière, art. cit., *ibid.*, p. 175. As estatísticas apresentadas no presente capítulo são extraídas deste artigo.

⁶⁷ Mattelart, art. cit., *ibid.*, p. 22.

⁶⁸ S. Barraclough e J. A. Fernández, *Diagnóstico de la reforma agraria chilena*, Buenos Aires, 1974, contém informações sobre o papel das mulheres na agricultura. Num estudo sobre a sindicalização em sete províncias do Chile central, em média só 5 % dos sindicalizados eram mulheres (p. 179).

No seu relatório ao congresso da CUT em 1971, o executivo nacional afirmava que «o trabalho na frente feminina é sem dúvida uma das áreas mais débeis das actividades da CUT. Isto deve-se fundamentalmente à falta de envolvimento da própria CUT e também das suas federações e sindicatos de base»⁶⁹. Um inquérito realizado em 1972 deu como resultado que as atitudes tradicionais dos patrões para com as suas trabalhadoras eram geralmente partilhadas pelas próprias trabalhadoras⁷⁰. A atitude das operárias perante os seus sindicatos era classificada de passiva; e os problemas que as mulheres enfrentavam no trabalho eram encarados como problemas individuais, e não como problemas de grupo susceptíveis de solução colectiva.

Não surpreende muito que o comportamento eleitoral das mulheres fosse nitidamente mais conservador do que o dos homens. Nas eleições presidenciais de 1970, por exemplo, nas comunas mineiras em que Allende tinha o seu maior apoio, votava nele 45 % do eleitorado masculino, mas só 39 % do eleitorado feminino o apoiava; votaram em Alessandri 15 % dos homens e 22 % das mulheres. A maior votação em Alessandri registou-se em comunidades onde predominavam as profissões do sector dos serviços. Nessas comunidades votaram nele 44 % dos homens, mas 50 % das mulheres⁷¹.

Há alguns indícios de que por 1972 as diferenças de sexo se estavam a atenuar em favor das diferenças de classe. No processo de mobilização popular, e porque passaram a ser as comunidades locais, mais do que apenas as fábricas, a assumir a defesa dos seus interesses, as mulheres tiveram um papel mais activo. Comparando as eleições municipais de 1971 com as presidenciais de 1970, o apoio à UP aumentou 6,5 % entre os homens, mas 7,9 % entre as mulheres; e a votação na direita baixou 10 % no que toca aos homens e 13,7 % no caso das mulheres. Provavelmente, isso significava que as mulheres estavam a responder favoravelmente às medidas políticas de redistribuição de rendimentos tomadas no primeiro ano do Governo da UP. Mas ainda era marcada a diferença entre a votação masculina e a feminina. Nas eleições de 1973, 61 % dos votos das mulheres foram para a oposição, contra 51 % dos votos dos homens⁷².

Os métodos tradicionais de mobilização política através dos sindicatos só atingiam uma pequena parte da população feminina do Chile. As medidas redistributivas talvez conquistassem apoios, mas tais apoios seriam condicionados a uma política económica eficaz, que a UP não podia assegurar. Como podiam as mulheres ser conquistadas para a UP? O simples facto de se fazer esta pergunta basta para se compreender as complexidades que ela envolve. O condicionamento ideológico e cultural durante um longuíssimo período de tempo dificilmente se poderia neutralizar dum dia para o outro, especialmente quando os meios de comunicação de massa

⁶⁹ CUT, *Memoria*, p. 38.

⁷⁰ Lucía Ribeiro M. e Teresita de Barbière, art. cit., *ibid.*, p. 175.

⁷¹ Muller-Platenberg, art. cit., *ibid.*, pp. 162-164. Os números apresentados são percentagens do eleitorado total, e não dos votos contados. O quadro era idêntico nas comunidades rurais: 27 % dos homens votaram em Allende, contra 21 % de mulheres; em Alessandri votaram 27 % de homens e 32 % de mulheres. Por qualquer razão que não está explicada, a participação feminina nas eleições é maior que a masculina. Nas eleições de 1970, 20 % dos homens abstiveram-se ou votaram em branco, em comparação com 15 % de mulheres.

⁷² Whitehead, *op. cit.*, p. 40.

se mantinham nas mãos da oposição e recebiam financiamentos estrangeiros e quando as propostas e muito tardias reformas da educação tinham de ser arquivadas perante a intensa oposição que tais propostas suscitavam, nomeadamente nos meios eclesiásticos e militar. Está fora de dúvida que a UP aspirava a dar às mulheres chilenas dignidade e um papel activamente participante na nova sociedade. Mas pouco se avançou. O que era mais evidente e politicamente mais importante era a feroz oposição que se erguia nas mulheres das classes média e alta contra a ideia global dum governo marxista. Numa altura em que os seus carros estavam ameaçados, não iam preocupar-se com as condições sociais das suas domésticas.

c) A POLÍTICA E OS POBLADORES

As principais cidades do Chile, principalmente Santiago, estavam rodeadas por um anel de *campamentos* (bairros de barracas). Os habitantes dos *campamentos* eram, segundo a teoria democrata cristã da marginalidade, imigrantes rurais recentes, carecidos de consciência de classe, instrumentalizados nas suas atitudes políticas e sociais e geralmente empregados (ou desempregados) nas franjas marginais do sector terciário. Os democratas cristãos, com a sua política de «promoção popular» (*promoción popular*), tentaram recrutar-los para a sua clientela eleitoral. Mas a realidade da situação era mais complicada.

No fundo, o problema era de habitação. A maior parte da construção social do Estado era pura e simplesmente demasiado cara para os pobres urbanos. Por isso, frequentemente os pobres tomaram o problema nas suas mãos e ocuparam terrenos destinados a construção, edificando aí as suas próprias casas. Normalmente estabelece-se uma distinção entre *campamento* e *población*. O *campamento* é produto duma ocupação de terreno por parte de *los sin casa* («os que não têm casa»); e a organização social que regulariza a ocupação de terra e a subsequente administração do *campamento* é obra dos futuros habitantes e dum agente político externo, em muitos casos o MIR (de esquerda), embora tenha havido alturas em que as ocupações foram incentivadas pelo Partido Comunista e pelos democratas cristãos (quando a UP estava no poder). A *población* é produto dum planeamento estatal e duma ocupação mais ordeira de terrenos, com distribuição de lotes ou de casas. Mas a composição social dos dois tipos de comunidade era muito semelhante e os factores que dividiam as comunidades — com especial relevo para o alinhamento político — distribuíam-se igualmente em ambas as formas, não distinguindo entre *campamentos* e *poblaciones*⁷⁸. Alguns *campamentos* e *poblaciones* estavam bem organizados e tinham, por exemplo, desenvolvido fortes sistemas locais de justiça; outros eram muito desorganizados, despolitizados e com elevadas taxas de crime.

O problema era obviamente grande. Havia 275 *campamentos* oficialmente reconhecidos em finais de Maio de 1972, e depois disso ainda houve mais *tomas* (ocupações de terrenos). Formavam um círculo largo em volta de Santiago e albergavam perto de 83 000 famílias, o que corresponde a 456 000 pessoas — aproximadamente um sexto dos habitantes da Grande

⁷⁸ Oscar Cuellar e outros, «Experiencias de justicia popular en poblaciones», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 8, Junho de 1971, pp. 155-156.

Santiago⁷⁴ Houve *tomas* antes de a UP ascender ao poder, mas o seu número aumentou consideravelmente no último ano da democracia cristã e no primeiro do Governo de Allende, em parte porque estava a aumentar a pressão sobre as terras, mas principalmente porque os organizadores das *tomas* já não temiam a brutal oposição da polícia e do exército que antes se verificara. O número de *tomas* aumentou de 8 no conjunto do país em 1968 para 220 em 1970 e 175 na primeira metade de 1971⁷⁵.

O número de *pobladores* aumentara em todo o país para 800 000 em 1972, reflexo inevitável duma política habitacional que favorecia a classe média. Em 1966, pouco menos de metade das famílias que viviam em grandes cidades não tinham os proventos necessários para arrendar a área mínima de habitação (definida em 36,7 m²) e mais 27 % só os tinham para habitação mínima. O défice em casas, que era de 400 000 lares em 1966, subiu para 585 000 em 1970⁷⁶.

Mas os *pobladores* não eram um grupo à parte da classe trabalhadora urbana. Não eram imigrantes rurais recentes; não estavam geralmente empregados nas franjas do sector terciário; não eram uma espécie de *lumpenproletariat* completamente carecido de consciência de classe e completamente aberto à manipulação por caudilhos urbanos⁷⁷.

A estrutura social dos *campamentos* era idêntica à da classe trabalhadora em geral. Não havia mais imigrantes recentes vindos das zonas rurais; pelo contrário, havia um pouco menos nos *campamentos* do que em Santiago considerada no seu todo. A estrutura profissional era constituída por uma alta percentagem de operários industriais, neste caso um pouco superior à do total de Santiago. Mas havia diferenças quanto ao tipo de empresas industriais em que trabalhavam. A maioria dos habitantes dos *campamentos* com actividade no sector secundário trabalhavam no mal pago sector da construção ou nas fábricas pequenas e médias da indústria tradicional. Por isso, os seus níveis salariais eram inferiores à média geral dos operários do sector secundário. Os *campamentos* apresentavam também maior percentagem de gente muito pobre, exercendo ocupações como a de vendedores ambulantes, do que as *poblaciones*; mas, em ambos os tipos de agregado, o esquema de emprego era o da classe trabalhadora de Santiago no seu conjunto⁷⁸. E nesses aglomerados habitacionais também viviam grupos consideráveis de empregados e membros da pequena burguesia⁷⁹.

Efectuou-se muita investigação sobre a composição social e as atitudes políticas dos *pobladores* durante o período da UP⁸⁰. As conclusões apontam para variações consideráveis dentro dos *campamentos* no que toca a subordinação política e atitudes sociais; mas, como é lógico, não havia um leque uniforme de atitudes que distinguisse os *pobladores* do resto da

⁷⁴ Ignacio Santa María, «El desarrollo urbano mediante los asentamientos espontáneos: el caso de los campamentos chilenos», in revista *EURE*, Abril de 1973, p. 105.

⁷⁵ Castells, *La Lucha...*, p. 271.

⁷⁶ Manuel Castells, «Movimiento de Pobladores y Lucha de Clases en Chile», in revista *EURE*, Abril de 1973, p. 9.

⁷⁷ Rolando Franco, «Sobre los supuestos económicos y sociales de la marginalidad», in *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n.º 55, 1974, pp. 522-523.

⁷⁸ Castells, *Movimiento...*, p. 18.

⁷⁹ Ver Castells, *La Lucha...*, p. 253, para um exame detalhado da estrutura profissional dos *campamentos*.

⁸⁰ Grande parte da qual realizada no Centro Interdisciplinario de Desarrollo Urbano e publicada na revista *EURE*.

população. Vários estudos apontavam no sentido da prevalência duma atitude economicista perante a participação política, o que não pode constituir surpresa, dadas as privações que os *pobladores*, tal como a grande massa da população chilena, estavam a sofrer; aliás, tais atitudes não os distinguíam do resto da população.

A mobilização neste sector, durante o período da UP, foi considerável. Os *campamentos* eram o centro da força do MIR, que tinha por objectivo passar «da conquista da terra (*toma del sitio*) à conquista do poder». O nível de organização era alto. Calcula-se que 60 % dos habitantes pertenciam às *juntas de vecinos* («comissões de moradores»); em 1972 havia pelo menos 1000 que tinham reconhecimento legal; e havia 22 associações ao nível comunal, que congregavam diversas *juntas* ⁸¹.

A questão que se punha à UP era a de saber como é que os *pobladores* podiam ser mobilizados como parte da aliança global. Mas a resposta parece ter sido baseada, pelo menos inicialmente, na suposição de que os habitantes dos *campamentos* eram qualitativamente diferentes na sua estrutura ocupacional e no seu comportamento político da força laboral organizada. Por outras palavras, o eixo central da política da UP girava em torno do proletariado industrial organizado. Se o MIR com alguma coisa contribuiu positivamente para a missão da UP, foi por certo com a compreensão de que, em vez de haver um conflito de interesses entre aqueles dois sectores, o que havia era uma identidade de interesses. As pessoas que viviam nos *campamentos* eram vítimas duma crise da habitação; mas essa crise não estava de modo algum desligada da estrutura geral económica e de classes. Só por uma reforma drástica do sistema económico vigente se poderia resolver o problema da habitação ⁸². Os chamados *marginais* não eram nem mais nem menos marginais do que a maioria da classe trabalhadora. Condição prévia para o êxito na conquista do poder do Estado era a fusão das reivindicações dos *pobladores* e das dos trabalhadores organizados numa estratégia política global.

d) OS SINDICATOS E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

O Governo da UP pretendia trazer os sindicatos, e principalmente a CUT, para o primeiro plano da ribalta política. A intenção era envolver o movimento sindical no planeamento económico desde o nível nacional até ao nível local, pelo menos no respeitante às empresas que faziam parte do sector estatizado da economia (a APS — área de propriedade social). O Governo tinha múltiplos objectivos: por um lado, através de tal participação, a classe operária ganharia confiança para intensificar a luta pela conquista do poder estatal; por outro lado, através dessa participação, o Governo esperava construir um sistema de planeamento socialista, distribuir mais justamente os excedentes e reduzir a inflação sem restringir o consumo.

Mas nesta área, talvez mais do que na maioria das outras, o tempo e as estruturas herdadas agiram contra o Governo. À UP faltava autoridade no Congresso para forçar a uma revisão do anacrónico Código do Trabalho. Além disso, um sistema de relações industriais há muito em vigor cria

⁸¹ Fernando Castillo e outros, «Las masas, el estado y el problema del poder en Chile», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Abril, 1973, n.º 17, p. 10. As mulheres dos *campamentos* estavam organizadas em *centros de madre*, que eram 800 em 1970 e 4000 em 1972.

⁸² Castells, *Movimiento...*, p. 23.

padrões de comportamento que não podem ser transformados da noite para o dia, nem mesmo em um ou dois anos. Não se pode fazer um juízo concludente sobre o que a longo prazo poderia ter acontecido à participação dos trabalhadores. Além do mais, as diferenças políticas entre os prudentes comunistas e os aventureiros socialistas eram muito sensíveis no movimento operário, o que contribuía para enfraquecer a sua capacidade de acção unitária. Os comunistas, por exemplo, tendiam a encarar a participação essencialmente em termos de aumento de produção e de eficácia⁸³. Os socialistas, o MAPU e o MIR preocupavam-se mais em acentuar a intensidade dos conflitos de classes.

Embora o Governo pretendesse intensificar a luta de classes, queria fazê-lo de modo gradual e controlado. Assim, se, por um lado, não era contra as greves em si — pelo contrário, só podia congratular-se com algumas delas —, por outro lado não estava nas suas previsões que o nível de greves atingisse as alturas que atingiu.

Greves no Chile

[QUADRO N.º 4]

	Número de greves	Total de dias de greve	Total de trabalhadores envolvidos	Total de dias de trabalho perdidos
Sector privado:				
1964	564 (88)	—	138 476	—
1969	977 (206)	—	275 405	972 382
1971	2 377 (178)	18 153	251 966	1 281 834
1972	2 474 (104)	11 097	262 105	1 177 186
Sector público:				
1971	322	1 088	50 431	132 479
1972	815	2 881	135 037	476 965

Fonte: Landsberger, art. cit., *ibid.*, p. 623, com base nos números oficiais transcritos nas *Messages* do presidente. Os números entre parênteses referem-se a greves legais; todas as outras greves e todas as greves no sector público eram ilegais

Estes dados (ver quadro n.º 4) sobre greves dão uma ideia de como a classe trabalhadora não estava a corresponder aos apelos à disciplina laboral feitos pelo Governo e em especial pelo Partido Comunista. Outro índice do desfasamento entre os planos do Governo e as intenções dos trabalhadores é-nos propiciado pelo modo como os esquemas de participação actuavam na prática, isto apesar de o executivo da CUT e o Governo terem acordado entre si as grandes linhas da cooperação Governo-sindicatos⁸⁴.

⁸³ «A base duma política eficaz de participação dos trabalhadores no controlo das empresas assenta na formulação concreta de planos tendentes a aumentar a eficiência do trabalho, a produção e a produtividade e a rendibilidade das empresas [...]»: Luis Barria, «La participación de los trabajadores», in *Principios*, Março-Abril de 1972, pp. 87-88. *Principios* era um mensário comunista. Este artigo é citado por Castells em *La Lucha...*, p. 206.

⁸⁴ Sobre o papel da CUT veja-se Gonzalo Falabella, *Clase, Partido y Estado: La CUT en el Gobierno Popular*, «Publicaciones Previas», n.º 10, CISEPA, Universidade Católica do Peru, Lima, 1975.

O Governo firmou um contrato com a CUT, em Dezembro de 1970, que abrangia os seguintes pontos principais:

- 1) Necessidade da participação dos trabalhadores na gestão;
- 2) Representação dos beneficiários da previdência social na administração dos respectivos organismos;
- 3) Reforma dos livros três e quatro do Código do Trabalho;
- 4) Reconhecimento legal da CUT e quotização obrigatória dos sindicalizados, representando 0,5 % do seu salário;
- 5) Aumento salarial geral, maior para os salários mais baixos;
- 6) Aumento do abono de família;
- 7) Abono de alimentação;
- 8) Aumento das pensões 100 %;
- 9) Maior segurança de emprego;
- 10) Redução do desemprego ⁸⁵.

Nem o Governo nem a CUT tiveram suficiente força para aplicar todas estas reformas, mas o próprio acto de assinatura dum acordo foi um triunfo simbólico importante para a CUT. Será, porém, interessante notar certas omissões. Assim, por exemplo, nada se dizia sobre a organização do movimento laboral para criar amplas e poderosas federações industriais, nem havia qualquer referência à abolição da distinção de estatuto entre operários e empregados, apesar de estas duas questões serem desde há muito aspirações constantes do movimento sindical. O acordo concentrava-se largamente em questões económicas, sendo o realce destas ainda mais evidente nas medidas postas em prática. Está insistência nas reivindicações económicas é compreensível, dado o baixo nível dos salários e a elevada taxa de inflação; mas o acordo foi criticado por se limitar praticamente a concessões económicas do Governo e pouco fazer pela mobilização da classe operária ou para ajudar a reorganizá-la, tendo em vista objectivos a mais longo prazo ⁸⁶.

O Governo concentrou os seus esforços em fazer participar os trabalhadores nas indústrias da APS. Como é que esta acção funcionou na prática?

Em primeiro lugar, a participação no controlo industrial só podia envolver uma parte relativamente pequena da população trabalhadora. Na melhor das hipóteses, nos planos do Governo, 10 % da força laboral da indústria transformadora seria abrangida pelo sector público em virtude da política de nacionalização dos grandes monopólios; quanto aos restantes, pouco mais lhes era oferecido do que aumentos salariais e benefícios de segurança social ⁸⁷. O Governo argumentava contra a expansão da participação dos trabalhadores no sector privado com base em que isso significaria a incorporação desses trabalhadores no sistema capitalista e iria

⁸⁵ Francisco Zapata, *The Chilean Labour Movement under Salvador Allende*, copiógrafado, México, 1974, p. 12.

⁸⁶ Id., *ibid.*, p. 37.

⁸⁷ Rui Mauro Marini, *Dos estrategias en el proceso chileno*, policopiado, CELA, México, 1974, p. 11. O autor traça o paralelo com o campo, onde o grosso da massa laboral — os trabalhadores sem terra e os agricultores de subsistência — era paralelamente desprezada, em favor da pequena percentagem de agricultores incorporados no sector da reforma agrária.

portanto enfraquecer a sua determinação de prosseguir a luta de classes⁸⁸. O Governo insistia também em que o modelo de participação não podia seguir o estilo descentralizado da Jugoslávia, porque, dada a estrutura monopolista da indústria chilena, isso iria conferir um poder desproporcionadamente grande aos trabalhadores das grandes empresas (o poder dos mineiros do cobre era uma preocupação constante do Governo de Allende).

Todavia, e mau grado a política do Governo, o número real de trabalhadores no sector estatizado era muito maior do que o que o Governo previra, porque muitos trabalhadores ocuparam fábricas e reivindicaram a sua integração na APS.

Número de empresas da APS

[QUADRO N.º 5]

Empresas	Novembro de 1970	Dezembro de 1971	Dezembro de 1972	Maio de 1973
De propriedade estatal (a) ...	31	62	103	165
Intervencionadas ou requisitadas	—	39	99	120
Total	31	101	202	285

(a) Incluindo os sectores social e misto (isto é, geridas conjuntamente pelo Estado e pelo sector privado) e 6 novas empresas criadas depois de 1970.
Fonte: De Vylder, *op. cit.*, p. 149.

Dada a estrutura monopolista da indústria chilena, segundo os planos do Governo, o sector estatizado e o misto seriam responsáveis por metade da produção total e por 70 % dos activos fixos. Mas pouco mais de 22 % da força laboral da indústria trabalharia nos sectores estatal e misto. Como refere De Vylder, isto «equivalia a tentar nacionalizar cerca de dois terços de todo o capital industrial com a participação activa de apenas cerca de 20 % da massa laboral da indústria. Os restantes 80 % votariam no socialismo e defenderiam o Governo nos confrontos com a direita e apoiariam a 'batalha da produção', mas não deveriam empreender quaisquer acções militantes contra os seus próprios patrões, que, em teoria, eram seus aliados, aliados da classe trabalhadora. Mas não foi assim que as coisas se passaram, nem poderiam passar-se».⁸⁹

O acordo Governo-CUT definia um projecto detalhado de participação. As fábricas seriam geridas por conselhos administrativos, constituídos por um presidente nomeado pelo Governo, cinco representantes dos trabalhadores e cinco do Estado. Embora se assegurasse a maioria ao Governo, os trabalhadores podiam exigir a destituição de qualquer representante governamental por votação da assembleia geral de trabalhadores. Havia,

⁸⁸ Oscar Garretón, «Concentración Monopolica en Chile», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 7, Março de 1971, p. 159. Garretón desempenhou funções governamentais no Ministério da Economia. Mais tarde acrescentou no artigo, e muito bem, que o principal problema de incorporação da classe operária no poder não residia tanto nas empresas como ao nível do Estado, do Governo, das organizações dele dependentes e dos partidos políticos.

⁸⁹ De Vylder, *op. cit.*, p. 152. Veja-se também Sergio Bitar e Eduardo Moyano, «Redistribución del Consumo y Transición al Socialismo», reproduzido em *Economía Política*, de Garretón.

além disso, uma série de outras comissões e conselhos para participação dos trabalhadores na vida das fábricas. O papel exacto dos sindicatos neste novo esquema era bastante incerto e transformou-se numa grande fonte de atritos. Teoricamente, supunha-se que os sindicatos se concentrariam menos nas suas tradicionais funções economicistas e mais em tarefas gerais de natureza política e educacional e em ajudar na batalha pelo aumento da produção. Na prática, o projecto raramente foi reproduzido em pormenor; o papel dos conselhos administrativos revelou-se com frequência fraco, ao passo que se evidenciavam outras formas, mais espontâneas, de participação dos trabalhadores (especialmente depois de Outubro de 1972)⁹⁰. Ao nível mais central, a integração da CUT nos mecanismos de planeamento praticamente não resultou⁹¹.

Se todas as empresas da APS tivessem posto em prática esquemas de participação, neles teriam intervindo aproximadamente 200 000 trabalhadores⁹². Mas, com a pequena percentagem de esquemas realmente aplicados, os números devem ter-se quedado entre 60 000 e 70 000⁹³.

Uma das principais dificuldades residia na relação entre os órgãos de participação e os sindicatos. Os sindicatos receavam ver-se ultrapassados nas suas funções. Os representantes dos trabalhadores nos diversos órgãos de participação tinham dúvidas quanto às suas funções e aos seus poderes e muitas vezes não estavam aptos a participar na tomada de decisões técnicas complexas. As tensões cresciam e acelerava-se a inflação. Tradicionalmente, os sindicatos lutavam por aumentos salariais pelo menos iguais à taxa de inflação, enquanto os representantes dos trabalhadores nos órgãos de participação seriam pressionados a procurar que os aumentos fossem inferiores à taxa de inflação.

Há um excelente estudo sobre o caso específico duma fábrica que ilustra as muitas dificuldades em causa⁹⁴. A aplicação do projecto foi adiada porque o sindicato local se lhe opôs, como se se tratasse de uma imposição vinda de cima que lhe reduziria o poder. Os representantes dos trabalhadores desempenhavam um papel menor no conselho administrativo e, na prática, os poderes do administrador geral (nomeado pelo Governo) estavam grandemente reforçados. A disciplina laboral abrandou e houve um aumento do número de horas improdutivas. A quase todos os níveis era baixa a participação dos trabalhadores; estes, aliás, argumentavam que nem sequer tinham tempo para participar, porque muitos trabalhavam em horas extraordinárias ou estudavam à noite. E os partidos da oposição

⁹⁰ De Vylder, *op. cit.*, p. 154. Calcula-se que a participação de acordo com as normas só existiu em cerca de 60 fábricas: Michel Raptis, *Revolution and Counter Revolution in Chile*, Londres, 1974, p. 32.

⁹¹ Esta falta de participação era muito notória no sector rural. Como Barraclough e Fernández escrevem (p. 198), «A participação dos camponeses, um dos pontos fundamentais do programa da reforma agrária, foi fraca, para não dizer inexistente».

⁹² Zapata, *The Chilean Labour Movement*, p. 15. Embora as empresas fossem, na sua maior parte, industriais, havia algumas noutros sectores da economia: transportes, comércio, pescas, etc.

⁹³ Castillo e outros, art. cit., *ibid.*, p. 14.

⁹⁴ Manuel Barrera, Gustavo Arranda e Jorge Díaz, *El cambio social en una empresa del A. P. S.*, Instituto de Economía, Universidade do Chile, 1973. A fábrica produzia artigos metalúrgicos e situava-se nos arrabaldes de Santiago, empregando 593 trabalhadores. Há também algumas referências ao fracasso da experiência da participação no caso da Chuquicamata em Zapata, *Ciudades Mineras*, pp. 12-14.

(até 1972 a democracia cristã dominou o sindicato dos empregados) tinham todo o interesse em que a experiência falhasse. Os representantes dos trabalhadores afirmavam, por outro lado, que a formação dada pelo Governo e pela CUT com vista às novas funções era totalmente inadequada (um curso de formação num fim-de-semana). No entanto, os inquiridos declararam que, em geral, apoiavam a transferência da sua fábrica para o âmbito da APS. Os seus postos de trabalho eram mais seguros, eram mais bem pagos, sentiam-se mais livres nas fábricas e, em último lugar, sentiam que estavam a participar de algum modo na gestão da fábrica. É interessante verificar que, nas eleições sindicais de 1972, tanto os sindicatos de operários como os de empregados se deslocaram para a esquerda (só 1 democrata cristão, comparado com os 5 anteriores); e, na crise de Outubro de 1972, a fábrica correspondeu ao apelo do Governo e da CUT no sentido de manter a produção.

Embora a fábrica estudada possa não ser típica, dois dos problemas principais que ela enfrentou eram gerais. O primeiro era o grande poder concentrado no conselho administrativo. Apesar de haver no conselho cinco representantes eleitos, só três representavam operários (embora pudessem não ser dirigentes sindicais). Os quadros técnicos elegiam um representante e os empregados administrativos outro. Em muitos casos, o resultado foi o de o administrador-geral adquirir mais poder. O segundo era que os comités de produção e os sindicatos se viam, em muitas circunstâncias, a desempenhar papéis contraditórios. De facto, em certos casos, instruídos pelas experiências alheias, os sindicatos recusaram-se a permitir a presença nas fábricas de representantes da CUT que vinham explicar a forma de pôr em prática os processos de participação.

A participação circunscrevia-se ao nível da fábrica. Não havia quaisquer organizações regionais ou centrais que proporcionassem uma perspectiva mais ampla. Embora os trabalhadores estivessem representados no planeamento ao nível sectorial na Corporação Chilena de Fomento (CORFO), tal representação era assegurada pela via dos sindicatos, e não pela dos órgãos de participação.

O grupo dominante que impunha este tipo de modelo participativo era o Partido Comunista, com a sua constante ênfase na necessidade de aumentar a produção e vencer a indisciplina no trabalho. Allende estava preocupado com este problema e criticou publicamente, por exemplo, os mineiros do cobre e os operários têxteis da grande fábrica Sumar, de Santiago. Na sua mensagem presidencial de 1973, Allende afirmou que «os trabalhadores têm de tomar uma decisão: têm de dizer se havemos de continuar uma política economicista que tem por símbolo El Teniente, ou se optamos pelo sacrifício de ter menos dinheiro em favor dum maior progresso e dum desenvolvimento mais próspero»⁹⁵. No entanto, alguns membros do Governo criticavam Allende e os comunistas por, na prática, não oferecerem à classe trabalhadora senão incentivos economicistas⁹⁶.

No princípio de 1972, o Governo apresentou ao Congresso um projecto de lei que teria alterado o equilíbrio do poder na APS entre os trabalhadores

⁹⁵ Citado em Landsberger e McDaniel, art. cit., *ibid.*, p. 624.

⁹⁶ Veja-se, por exemplo, a crítica da MAPU em *El Segundo Año del Gobierno Popular*, Santiago, 1973: «Na A. P. S., por exemplo, a participação não existe — ou é entendida de forma meramente burocrática ou administrativa» (p. 154). Veja-se também o interessante artigo de Gonzalo Falabella, *op. cit.*

e a gestão. Visava em especial reforçar os poderes da assembleia de trabalhadores e dar-lhes maior poder de destituição de membros do concelho administrativo. E procurava também aumentar a proporção de operários no concelho administrativo. Mas o projecto foi recusado pelo Congresso ⁹⁷.

O último ano do Governo da UP assistiu a um intenso processo de mobilização, com os planos do Governo a serem mais ferozmente atacados pela direita e mais severamente criticados pela esquerda. O Governo não só perdia autoridade perante uma oposição cada vez mais unida, como perdia em grau considerável o controlo sobre os seus próprios apoiantes. A greve dos patrões de 1972 produziu uma forte reacção da classe operária, que começava a encarar novas formas de resistência. O Governo e a CUT eram espectadores dum processo a que começaram por se opor e que só aceitaram quando era demasiado tarde.

4. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

Embora o Governo da UP tivesse suscitado uma impressionante aceleração da mobilização popular, a verdade é que desde 1950 que tal mobilização se vinha acentuando, se bem que por formas mais convencionais. Por exemplo, o número de trabalhadores urbanos sindicalizados duplicou nos seis anos do Governo da democracia cristã e os sindicatos rurais passaram praticamente do zero para mais de 120 000 filiados em 1970. Mas a expansão do eleitorado foi porventura de todas a mais espectacular. A proporção dos eleitores inscritos, em percentagem da população adulta total, aumentou de 36 % em 1952 para 80 % em 1970 ou, expresso em números absolutos, de 1,1 milhões para 4,5 milhões (em 1973). E o número de votos entrados nas urnas subiu de 957 000 em 1952 para 3,7 milhões em 1973. Em 1958, a esquerda recebeu pouco mais de um terço dum milhão de votos; em 1973 chegava a 1 589 000 ⁹⁸. Ao número já grande de greves do sector urbano há que acrescentar o rápido crescimento das do sector rural, onde de 3 greves em 1960 se passou para 39 em 1964, 648 em 1968 e 1580 em 1970 ⁹⁹. Aumentaram também as ocupações de terras, terrenos urbanos e fábricas. Em 1968, 16 propriedades agrícolas foram invadidas pelos seus trabalhadores; em 1970, o número correspondente foi de 368. No mesmo período, o número de ocupações de terrenos urbanos aumentou de 15 para 352 e o número de ocupações de fábricas de 5 para 133 ¹⁰⁰.

Todavia, o que se modificou na situação com a greve dos patrões de Outubro de 1972 foi a convicção generalizada de que o poder popular atingira um tal incremento que deixara de ser apenas um desafio à ordem vigente para se transformar numa força capaz de tomar o controlo da situação e criar um Estado socialista. A opção política de 1972-73 definia-se entre um acentuar dos compromissos com os partidos e os políticos burgueses, implicando a liquidação efectiva da esperança de criar o socialismo, e o avanço do poder popular como única garantia de progresso irreversível no caminho para o socialismo ¹⁰¹.

⁹⁷ Raptis, *op. cit.*, pp. 37-38.

⁹⁸ Borón, art. cit., *ibid.*, pp. 84-88.

⁹⁹ Id., *ibid.*, p. 98.

¹⁰⁰ Id. *ibid.*, p. 99, com base num relatório apresentado ao Senado pela polícia.

¹⁰¹ Hugo Zemelman, «Significación del poder popular», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 17, Julho de 1973, p. 199.

Mas o que é que significava «poder popular» e que formas tomava? A definição mais limitada é a proveniente do Partido Comunista, ansioso por conter tais movimentos dentro dos limites da legalidade e sob o domínio dum aparelho de Estado e de partido disciplinado e centralizado¹⁰², o que se coadunava com a importância dominante que o Partido Comunista atribuía à criação duma aliança com as classes médias, mas evidentemente fomentava «uma visão formalista da mobilização política segundo a qual (por exemplo) a mobilização política das bases camponesas era praticamente sinónimo da organização duma concentração de massas»¹⁰³. E, apesar de o MIR e a ala esquerda do Partido Socialista terem pontos de vista muito mais agressivos no que toca à necessidade de promover o poder popular, só nos últimos meses que antecederam a queda do Governo os socialistas apoiaram os movimentos basistas.

O Governo era prudente. No seu programa eleitoral, por exemplo, a UP afirmara que os comités locais de UP (os CUPs) «acima de tudo preparariam o caminho para o exercício do poder popular». Na prática, porém, os CUPs nunca ultrapassaram as diferenças que dividiam os partidos e a maioria deles caíram na inactividade¹⁰⁴, o que constituiu um sério revés para os planos de mobilização popular. O que acabou por acontecer, por exemplo, nos *cordones industriales* (organizações locais de operários fabris das cinturas industriais que rodeiam as principais cidades) foi um processo de superação do sectarismo partidário forçando a cooperação das comunidades locais; de envolvimento de pessoas que eram independentes de partidos ou mesmo membros de partidos da oposição; e de desenvolvimento duma ideologia de classe trabalhadora. Estas três tarefas indispensáveis podiam, porém, ter começado antes, e em muito mais larga escala, se as CUPs tivessem minimamente funcionado¹⁰⁵.

O Governo também desencorajou as *tomas* e em várias oportunidades recorreu à polícia, por vezes com violência, contra os ocupantes.

Em Concepción, em Julho de 1972, vários partidos da UP organizaram uma Assembleia do Povo. A confusão que prevaleceu quanto a este episódio é indício da ambivalência do Governo e dos partidos em tais iniciativas. Allende e o Partido Comunista recebavam que a intenção fosse passar por cima do Congresso e criar uma legislatura popular separada *de facto*. Originariamente, o Partido Comunista local apoiara a proposta, mas recuou e o intendente comunista da região proibiu uma projectada manifestação de rua. O próprio comité nacional do MAPU desaprovou a participação do MAPU local. Na prática, a Assembleia parece ter sido muito menos uma conjura ultra-esquerdista, que os comunistas recebavam, e muito mais um debate sério sobre as vias alternativas de mobilização popular que então germinavam ao nível das bases¹⁰⁶.

Em parte como resposta a este tipo de pressões, os dirigentes da UP foram obrigados a rever a sua política. Na reunião de El Arrayán de meados de 1972 atribuíram muito maior importância à mobilização popular e

¹⁰² Esta definição da posição do Partido Comunista não pretende ser uma crítica. Quem pode agora dizer qual das opções era a «certa»?

¹⁰³ Roxborough, *op. cit.*, p. 16.

¹⁰⁴ Maira, *op. cit.*, p. 79.

¹⁰⁵ Castells, *La Lucha política de clases y la democracia burguesa en Chile*, Documento de Trabajo, n.º 10, CIDU, 1972, p. 31.

¹⁰⁶ Castells, *La Lucha...*, p. 432.

reconheceram que «as demoras e os desfasamentos neste campo foram objecto das principais críticas e autocríticas feitas durante o encontro»¹⁰⁷. No mesmo encontro foi realçada a necessidade de obter a participação de pessoas que não fossem membros dos partidos da UP e de o povo ter possibilidade de intervir efectivamente na tomada de decisões ao nível local. Talvez não tenha havido tempo nem autoridade para pôr em prática tais propostas, pelo que se quedaram como meras aspirações, nunca passando ao plano das realizações.

Uma das críticas mais generalizadas à UP era a de que as relações entre o Governo e as massas eram desequilibradas. O Governo era o principal protagonista da revolução chilena, deixando ao povo um papel principalmente receptivo e passivo. Embora houvesse suficientes provas do desejo popular de participação, os canais para tal participação eram inadequados. A participação existente limitava-se às actividades económicas; poucas oportunidades havia de compartilhar o poder político¹⁰⁸. Um dos indícios da impaciência popular perante a lentidão do Governo foi o grande número de empresas abrangidas pelo sector estatizado em resultado directo da pressão dos trabalhadores, e não de planos governamentais. Em Junho, de 1972, o maior grupo de empresas, a SFF (Sociedad de Fomento Fabril), apresentou ao Congresso um relatório em que se afirmava que tinha havido 263 fábricas intervencionadas (as quais empregavam 185 000 trabalhadores e contribuíam com 53 % para o produto industrial bruto). Mais de 70 % tinham sido intervencionadas devido a conflitos laborais¹⁰⁹. As ideias do Governo quanto à extensão do APS eram mais limitadas que as dos trabalhadores¹¹⁰. Mas só em Junho de 1973 a CUT decidiu pôr todo o seu peso nessas actividades e advogar que se passasse por cima do Congresso e se criasse uma estrutura de coordenação geral para os trabalhadores da APS¹¹¹.

O processo de mobilização teve lugar a vários níveis. As juntas de abastecimento e preços (JAPs) foram organizadas para fazer participar o povo no processo de distribuição dos artigos de consumo popular. Deu-se um desenvolvimento generalizado das organizações existentes nas *poblaciones*. Nas fábricas constituíram-se comités de produção e vigilância. Finalmente, os *cordones industriales* mobilizaram grande número de trabalhadores nas suas áreas.

a) AS JAPs

As dificuldades económicas e um mercado negro cada vez mais amplo acentuaram as preocupações de muitos sectores dos mais pobres da sociedade quanto ao abastecimento dos produtos alimentares básicos. Tal preocupação era partilhada pelo primeiro ministro da Economia de Allende,

¹⁰⁷ Citado em *Nueva Sociedad*, p. 48.

¹⁰⁸ Castillo e outros, art. cit., *ibid.*, p. 4.

¹⁰⁹ Zemelman, *op. cit.*, p. 200. Segundo Raptis *op. cit.*, p. 52, havia também 100 «empresas do povo», pequenas fábricas ocupadas após o abandono dos respectivos proprietários. Empregavam cerca de 5000 trabalhadores.

¹¹⁰ Como ficou também demonstrado pela resistência dos trabalhadores à proposta do ministro comunista da Economia, Orlando Millas, de devolução de 123 fábricas aos respectivos donos, imediatamente antes das eleições de Março de 1973. O Governo, perante a forte oposição do Partido Socialista, acabou por recuar: Raptis, *op. cit.*, pp. 72-73.

¹¹¹ Zemelman, *op. cit.*, p. 208.

Pedro Vuskovic, que em Junho de 1971 se reuniu com preocupadas donas de casa para discutir métodos de resolver o problema. O resultado das discussões então travadas foram as JAPs, que atingiram em Santiago a sua maior força, embora se tenham espalhado por todo o país.

Havia na história do Chile precedentes de organizações do tipo das JAPs, mas não à mesma escala. Duma maneira geral, constituíam-se em bairros operários com base em representações de comissões de moradores, comissões de mães e outras organizações locais, além de representantes do pequeno comércio. Os objectivos das JAPs eram o combate à especulação dos preços e ao açambarcamento e o de actuarem como agências de distribuição. Cresceram rapidamente, de tal modo que, por meados de 1972, havia em todo o país perto de 1000 (675 em Santiago), além de 10 JAPs de nível provincial. Cerca de 8000 pequenos comerciantes colaboravam com as JAPs. Em Santiago, qualquer coisa como 60 % da carne e 30 % das aves eram distribuídos através das JAPs. As várias agências de distribuição estatais colaboravam estreitamente com elas; uma dessas agências tinha um departamento para formação de inspectores para as JAPs¹¹². Em Março de 1972 realizou-se uma vasta reunião de representantes das várias JAPs de Santiago.

No entender do ministro Vuskovic, as JAPs deviam participar no processo de construção do *poder popular*. Os opositores do Governo eram extremamente contrários a uma experiência que, independentemente das suas implicações políticas mais vastas (ou da falta delas), representava um progresso na distribuição dos bens essenciais às classes populares. Mas é talvez exagerado encarar as JAPs sob um ângulo demasiado político. Com efeito, não é totalmente claro como é que a sua função primária poderia corresponder, a não ser talvez numa perspectiva de muito longo prazo, a uma estratégia política mais vasta, tendente à tomada do poder do Estado. Dada a estreita relação entre as JAPs e o Estado, era mais que possível que tal relação acabasse por acentuar a dependência das JAPs em relação ao Estado e a consequente burocratização da sua actividade¹¹³. Além disso, em certos casos, as JAPs locais foram dominadas pelos pequenos comerciantes ou por um partido político e utilizadas como um instrumento suplementar para a criação de clientelas.

O principal papel das JAPs no campo político foi talvez o de preparar dirigentes locais, dando-lhes experiência da responsabilidade na tomada de decisões. Muito embora seja difícil fazer generalizações seguras, a presença dos comunistas locais como organizadores das JAPs foi muitas vezes referida pelos observadores; além disso, este tipo de organização era mais do agrado do Partido Comunista do que os *cordones*, mais difíceis de controlar. Todavia, tal como os *cordones*, as JAPs provaram a sua importância em Outubro de 1972 e, independentemente das suas falhas como instrumentos da luta de classes, as JAPs eram uma importante e impressionante forma de mobilização popular, que agregava sectores da população (especialmente mulheres) que estavam fora do âmbito das formas de mobilização mais ortodoxas, através dos partidos e dos sindicatos.

¹¹² Castillo e outros, art. cit., *ibid.*, p. 16.

¹¹³ Raptis, *op. cit.*, p. 105, salienta o perigo de serem «transformadas em correias de transmissão da política estatal e dominadas pela burocracia política e administrativa».

b) OS POBLADORES

Poucas *poblaciones* estavam tão bem organizadas e tão altamente politizadas como a Nueva Habana, dominada pelo MIR e localizada em Santiago. Comparando a atitude dos outros partidos de esquerda com a do MIR, um dos porta-vozes deste último dizia que «as agências tradicionais de esquerda organizam os ocupantes de terras até às próximas eleições, altura em que instalam a luz, a água, etc. O MIR recusa por princípio as eleições — trabalhamos continuamente com os ocupantes. Os dirigentes dos aldeamentos da UP não vivem aí, vêm de carro duas vezes por semana para assistir às reuniões. Os dirigentes absentistas não estão presentes para a execução do programa. Pelo contrário, os dirigentes do MIR estão totalmente integrados no aldeamento. Trabalhamos porque acreditamos na revolução»¹¹⁴. Mas o contraste com os outros partidos não era assim tão completo; muitos dos outros povoados patenteavam elevados graus de solidariedade e de organização — embora nem sempre associados com os partidos da UP¹¹⁵.

Uma experiência que mostra a oposição que a UP enfrentava foi a tentativa de formar *brigadas del trabajo* para organizar a construção de casas nos *campamentos*, de preferência em associação com pequenas empresas construtoras. A ideia era potencialmente frutuosa em várias frentes: contribuiria para a solução do problema da habitação e do desemprego; criaria um espírito de autoconfiança entre os habitantes dos *campamentos*, ajudando-os a organizar-se, e estabeleceria laços entre os pobres e as pequenas empresas de construção, o que se esperava pudesse libertá-los da dependência em relação às grandes empresas construtoras, organizadas na Cámara Chilena de la Construcción (CCC)¹¹⁶.

No entanto, a CCC lançou todo o seu peso contra o programa habitacional do Governo (especialmente contra os capítulos que fixavam taxas de lucro baixas na construção para encorajar os pobres a comprar casa, incentivavam as pequenas empresas e procuravam aumentar o papel do Estado na construção de habitações) e, evidentemente, contra as brigadas de trabalho¹¹⁷. As grandes empresas mantinham a sua posição dominante na indústria da construção, incluindo o acesso privilegiado ao crédito estatal¹¹⁸.

O Governo conseguiu construir casas em número bastante apreciável¹¹⁹, mas houve dois importantes objectivos — a separação entre as grandes companhias e as pequenas e o desenvolvimento das brigadas operárias — que foram derrotados pela oposição política e pelo poder do capital privado.

¹¹⁴ Petras, *op. cit.*, p. 45.

¹¹⁵ Por exemplo, um estudo feito em vinte *campamentos* verificou a seguinte situação de identificação com a dominação por um partido político: em 7 com os cristãos democratas, em 4 com o MIR, em 3 com os comunistas, noutras 3 com os socialistas, em 1 com os radicais e em 1 com o MAPU. Em alguns *campamentos* havia um partido dominante, que era desafiado por um partido minoritário bem organizado: Equipo de Estudios CIDU, *Revindicación Urbana*, p. 80.

¹¹⁶ Peter Cleaves dá-nos um estudo excelente e detalhado sobre a política de habitação no Chile: *Bureaucratic Politics and Administration in Chile*, Califórnia, 1974.

¹¹⁷ Castells, *Movimiento...*, p. 27.

¹¹⁸ 60 % das empresas mais pequenas receberam menos de 2 % do investimento do programa de investimentos do Governo no sector privado da construção: Castells, *Movimiento...*, p. 28.

¹¹⁹ Em 1971 construiu-se o número recorde de 73 000 casas, das quais 40 000 com financiamento público: Castells, *Movimiento...*, p. 28.

As transformações sociais que se verificaram nos *campamentos* são complexas e é difícil saber qual a sua verdadeira extensão. Por exemplo, houve várias experiências de administração de justiça popular, que a esquerda erguia com um importante avanço ideológico na criação dum sistema de justiça proletário, rival do sistema burguês vigente ¹²⁰. Que tais experiências tenham existido (e que o sistema judicial vigente patenteava uma evidente desigualdade de classes) é indiscutivelmente verdade, mas limitaram-se a um pequeno número de *campamentos*.

A organização geral dos *pobladores* e as suas relações com o Governo não estavam totalmente livres do paternalismo praticado pelo anterior Governo democrata cristão e a política de tais organizações não estava, evidentemente, isenta das lutas intestinas que debilitaram a UP. O Governo fundou a Oficina Nacional de Pobladores e a Central Unica de Pobladores, tendo ambas por função estimular a participação popular. Na prática, e embora, à semelhança do que aconteceu com as JAPs, tivessem contribuído para a formação dum número considerável de dirigentes locais, as relações entre o Governo e os *pobladores* tenderam para a burocratização. O Governo não considerou possível, por exemplo, resolver o problema da distribuição de casas e lotes de terreno sem a ocorrência de recontros violentos entre a polícia e os *pobladores* ¹²¹.

Socialistas e comunistas estavam em desacordo quanto ao papel das referidas organizações, e os socialistas abandonaram a Central Unica de Pobladores, dominada pelos comunistas, advogando uma maior implantação do poder popular e também o desenvolvimento de organizações de *pobladores* ao nível regional e provincial (onde essas organizações eram muito fracas: problema idêntico ao das JAPs e da APS). Embora muitos dos *pobladores* fossem trabalhadores manuais, frequentemente não eram empregados das grandes empresas que faziam parte da APS, pelo que a sua experiência no que toca a participação operária era muito limitada. Só na crise de Outubro de 1972 se tornou patente a potencialidade radical das *poblaciones*, mas mesmo nessa altura por pouco tempo.

c) OS COMITÉS DE PRODUÇÃO E VIGILÂNCIA

Os comités de produção e vigilância foram formados para permitir a intervenção dos trabalhadores no sector privado da economia. Deviam consistir num executivo de cinco a dez membros eleitos em assembleia geral de trabalhadores. A função destes comités era a de manter os níveis de produção, impedir a sabotagem por parte dos capitalistas e dar informações sobre o nível de utilização das fábricas, o fornecimento de matérias-primas às empresas e o tipo de produção destas últimas ¹²².

Na prática funcionaram de várias maneiras. Em certos casos pouco mais eram que uma extensão dos sindicatos, pelo que a sua actividade ou o seu papel eram limitados (houve mesmo casos de comités nomeados pelos sindicatos). Além do mais, as funções que deviam desempenhar eram muitas vezes funções técnicas difíceis, complicadas, mesmo contando com o apoio

¹²⁰ Oscar Cuellar e outros, «Experiencias de justicia popular en poblaciones», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 8, Junho de 1971.

¹²¹ Alavardo e outros, p. 65.

¹²² Jorge Larrain e Fernando Castillo, «Poder obrero y campesino y transición al socialismo en Chile», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 10, Dezembro de 1971, pp. 183-184.

da direcção, e praticamente impossíveis em oposição a esta. Noutros casos, os comités tiveram de assumir a responsabilidade virtual pela gestão de fábricas abandonadas pelos respectivos donos, frequentemente em consequência de conflitos gerados por práticas de administração fraudulentas. Em 1972, estas fábricas organizaram-se numa Federación de Empresas y Brigadas de Trabajadores, que congregava 80 empresas, com um total de 10 000 trabalhadores. Esta federação era conhecida por Área Social dos Pobres, porque muitas das fábricas eram velhas e economicamente inviáveis, factor que deu lugar a que entidades da APS se opusessem à sua inclusão no sector estatal, embora fosse essa a intenção da federação.

Provavelmente mais importante foi o papel desempenhado por estes comités na preparação das condições para um grande número de ocupações de fábricas e para o desenvolvimento dos *cordones*. A maior parte das empresas da APS estavam nela integradas mais por vontade dos seus trabalhadores do que por decisão do Governo. Em certos casos, os comités tinham criado uma situação de poderes paralelos dentro das fábricas, o que acabou por conduzir à *toma* da fábrica e sua inclusão na APS. Tais fábricas constituíram a base da mobilização da classe operária efectuada em 1972.

d) CORDONES INDUSTRIALES

O sociólogo francês Alain Touraine ficou muito impressionado com o desenvolvimento dos *cordones*. Diz ele:

«[...] aconteça o que acontecer, o Chile deu ao movimento revolucionário uma forma original: os *cordones industriales*. Os trabalhadores fabris, em geral do sector socializado, organizam-se numa base territorial e umas dezenas de fábricas constituem o ponto de partida dum *cordón*, como os de Cerrillo, Vicuña MacKenna, Macul, Mapocho, Santiago Centro, etc. A cidade é cercada e penetrada pelos *cordones*. Em certos casos atingiu-se um estágio superior, o *comando comunal*, embrião da estrutura dual de poder local que prepara o caminho para o *poder popular*. É um movimento de classe. A presença de militantes de partidos impede a acção política irresponsável, o que, no entanto, está longe de ser o que faz dos *cordones* a vanguarda dos movimentos políticos. Mesmo os comunistas e os dirigentes da CUT reconhecem a autonomia dos *cordones*, ao mesmo tempo que se sentem ameaçados por um movimento que rejeita o cariz centralizado e burocratizado da CUT. Este movimento de classe tende a criar uma organização territorial baseada na comuna, por falta de confiança no Governo, por causa do antagonismo de outros sectores do Estado e das forças armadas, que com frequência intervêm com extrema brutalidade em nome da lei sobre o controlo de armas.»¹²³

O primeiro *cordón* a ser fundado, o *cordón Cerrillos-Maipu*, foi felizmente estudado em pormenor, pelo que é possível traçar as suas origens, evolução, problemas e realizações¹²⁴. O *cordón* teve origem num *comando*

¹²³ Touraine, *op. cit.*, pp. 12-13.

¹²⁴ María Cristina Córdén, Eder Sader e Monica Threlfall, *Consejo Comunal de Trabajadores y Cordón Cerrillos — Maipu: 1972*. Documento de trabajo, n.º 67, CIDU, 1973. Agradeço a Monica Threlfall ter-me cedido este documento. O sumário

coordinador formado em Junho de 1972 para pressionar a inclusão na APS de diversas indústrias locais envolvidas em processos grevistas. A iniciativa foi inicialmente saudada pelo Partido Socialista, que, no entanto, mudou de atitude depois da mobilização inicial de Junho, tendo o *comando coordinador* sido deixado apenas com o apoio dos partidos da extrema esquerda (basicamente o MIR e dois partidos comunistas revolucionários). A transformação da organização local (e a sua imitação noutras partes de Santiago) sobreveio com a crise de Outubro, quando o problema de assegurar o fornecimento dos bens essenciais implicava organização a nível comunal, e não só a nível de fábrica (se bem que o *cordón* Cerrillos levasse mais tempo a empreender tal acção que os seus imitadores). É que os problemas que aos *cordones* se deparavam não eram meramente de trabalho; eram antes uma combinação de factores inter-relacionados que criavam uma situação de privação. No caso de Cerrillos, por exemplo, um problema de tomo, que levou certos sectores da oposição (principalmente os democratas cristãos, e até grupos muito mais à direita) a intervir na organização local, foi o da falta de transportes públicos capazes. O *cordón* englobava também grupos de camponeses locais que tinham participado em *tomas* de terras.

Mas o cerne do *cordón* que se manteve mais persistentemente activo era constituído pelos sindicalistas organizados empenhados no processo de inclusão das suas fábricas na APS e integrados num *comando* cujo nome completo era Comando Coordinador de los Trabajadores del Cordón Cerrillos Maipu (a que por vezes se chamava Comité Coordinador de Luchas de la Comuna). Perante a lentidão do Governo e a oposição do Partido Comunista, os trabalhadores de cerca de trinta indústrias decidiram tomar nas suas mãos o assunto; mas, apesar de muitos deles serem filiados do Partido Socialista, não receberam pleno apoio deste Partido. A pressão dos trabalhadores do *cordón* sobre o Governo levou a uma mudança de política no que respeita à incorporação na APS das fábricas da respectiva área; e este êxito da pressão das bases deu origem à formação de movimentos semelhantes noutros pontos. A CUT local fazia-se notar pela sua quase total ausência destes acontecimentos¹²⁵.

O movimento ultrapassou as filiações partidárias. Houve mesmo tentativas no sentido de evitar que os partidos se aproveitassem das conquistas dos trabalhadores, proibindo, por exemplo, a distribuição de literatura partidária em comícios de trabalhadores do *comando*. A solidariedade

da evolução do *cordón* que apresento no texto é tirado do mesmo. A comuna de Maipu é um importante produtor de bens essenciais (a quarta maior de Santiago) — além de incluir também várias zonas que são predominantemente rurais. Da sua população, calculada em 105 210 habitantes, 12,4 % trabalhavam na indústria, embora a indústria fosse para a população activa, de que ocupava 35 %, a principal fonte de emprego. A comuna é um importante fornecedor de produtos hortícolas para o grande mercado de Santiago. Embora só 5 % da população vivesse nas zonas rurais, muitos mais lá trabalhavam (e viviam noutro sítio).

Os sindicatos dominantes naquela área eram os metalúrgicos; dos 15 sindicatos com mais de 200 membros que havia na comuna, 11 eram metalúrgicos. 20 % dos sindicatos locais foram criados em 1971-72. Havia também 3 sindicatos rurais — 2 dos quais com mais de 400 sindicalizados cada. Havia na comuna 22 *campamentos*, com 3178 famílias.

¹²⁵ Mesmo na altura da greve de Outubro, a CUT provincial promoveu um comício de cuja agenda não constava qualquer referência à greve: Cerdén e outros, *op. cit.*, p. 34.

criada nas fábricas durante a greve de Outubro foi impressionante; já o mesmo se não pode dizer da comuna em geral. No entanto, a experiência foi importante para demonstrar as potencialidades de acção unitária de todos os habitantes duma área — operários industriais, camponeses, *pobladores* — e de neutralização das divisões de sexo e partidárias, que eram características normais da vida política chilena. Convém, todavia, não exagerar a uniformidade da consciência de classe dentro do *cordón*. Sem dúvida, a luta pela inclusão das fábricas na APS uniu os trabalhadores, pelo menos provisoriamente, acima dos partidos; mas a verdade é que o mesmo grau de integração não era característico das outras actividades da comuna. Nem os trabalhadores agrícolas, nem os *pobladores*, atingiram alguma vez o grau de actividade e integração no conjunto do *cordón* Cerrillos que os trabalhadores da indústria conseguiram no seu *comando*. Além disso, a presença de muitos trabalhadores de escritório e de alguns *pobladores* constituía uma forte base eleitoral para a oposição. Nas eleições municipais de 1971, num total de 26 301 votos, o partido mais votado foi o Nacional, com 8265, seguido dos socialistas, com 7575, dos democratas cristãos, com 4799, e dos comunistas, com 4061.

Se a mobilização popular de Outubro de 1972 foi impressionante, e ainda que possa não ser exagerado o número de 100 000 trabalhadores activos nos *cordones*, há que ser prudente na interpretação do seu significado. Tratou-se afinal de organizações de vida muito curta, que constituíam a resposta a uma crise. O grau de organização dos trabalhadores industriais sempre foi superior ao dos outros sectores. Os *comandos comunales*, que se propunham unir todas as organizações de base num embrião de poder popular, não tinham significado numérico e não se desenvolveram. Tão-pouco os *cordones* alguma vez estiveram em posição de constituir a base para a tomada do poder do Estado. As suas actividades eram, em diversos aspectos, defensivas, e não ofensivas, assumindo o papel dos sindicatos quando estes não defendiam os interesses dos seus membros¹²⁶. Os *cordones* serviam mais de coordenadores das actividades dos sindicatos locais do que de vanguarda da revolução.

Em todo o caso, os *cordones* teriam de ter trabalhado com o apoio do Governo, dos partidos políticos e do movimento sindical para se integrarem numa eficaz estratégia política global. Mas o Governo estava ansioso por travar o processo de *tomas de fábricas*, os comunistas não estavam nada entusiasmados com os *cordones* e, embora os socialistas locais em muitos casos tomassem a iniciativa de os fundar, a atitude do seu partido era em geral ambivalente. A CUT era favorável à política de devolução das fábricas aos donos (na linha da nova política económica de Millas) e afirma-se que em algumas áreas tentou organizar *cordones* paralelos¹²⁷.

Só alguns meses antes do golpe militar a CUT aceitou plenamente a existência dos *cordones* e começou a agir de acordo com a estratégia que tal aceitação implicava. Mas a política desses últimos meses estava incrivelmente complicada e azeda e não era a melhor altura para uma alteração

¹²⁶ Castells, *La Lucha...*, pp. 13-14. Zemelman, *Significación...*, p. 205.

¹²⁷ T. V. Sathyamurthy, «Chile: parliamentary socialism and class struggle», in *Economic and Political Weekly*, Bombaim, Índia, vol. x, Abril de 1975, p. 628. No entender do autor deste interessantíssimo artigo, «a estratégia adoptada pela CUT para minar os *cordones* das bases consistiu na organização dos seus próprios *cordones* com vista a criar um congresso de *cordones* em que a CUT pudesse controlar os aspectos políticos, assegurando a maioria a seu favor», p. 634.

abrupta da política do Governo. Os comentários iniciais de Touraine sobre os *cordones* podem ser exagerados quanto à sua originalidade ¹²⁸. Mas os *cordones* foram uma notável demonstração das potencialidades de unidade da classe operária, uma vez ultrapassadas as divisões partidárias normais na esquerda chilena.

e) OS CONSEJOS CAMPESINOS

Entrevistador: Que tipo de organização pensa que se deve promover no chamado sector da reforma?

Calderón (ministro socialista da Agricultura): Há [...] uma forma de organização que *não* deve ser promovida, que é o *asentamiento*. Todas as organizações de camponeses concordam em que nos *asentamientos* não há quaisquer incentivos para os trabalhadores; que neles campeia a irresponsabilidade, o alcoolismo e o absentismo; que são um fracasso do ponto de vista da produção, que os *asentados* acabam por explorar os seus próprios irmãos de classe [...] Em segundo lugar, e para falar francamente, eu acho que os *comités campesinos*, CERAs, etc., são em grande parte produtos de gabinete. Na prática, vai-se a um CERA e verifica-se que funciona mais ou menos como um *asentamiento*.

(Entrevista publicada no *Chile Hoy* de Julho de 1972 e citada no livro de De Vylder, p. 196)

O Governo de Allende herdou do seu antecessor uma lei de reforma agrária bastante avançada. Em grande parte, a UP foi prisioneira dessa lei e do processo de mobilização rural que começou no tempo dos democratas cristãos, quando o seu partido tentou criar uma clientela política rural que lhe fosse fiel. Como indica a citação de Rolando Calderón acima transcrita, a tentativa da UP para reformular a direcção da transformação rural esteve longe de ser bem sucedida.

O Governo da UP acelerou as transformações iniciadas pela administração Frei. Pelo final de 1972 tinham desaparecido praticamente todas as propriedades com mais de 80ha básicos ¹²⁹. Mas nem todas passaram para o sector da reforma. Muitas tinham sido subdivididas em antecipação à lei, de modo que, em 1972, 27 % da terra arável estava dividida em propriedades de 40 ha a 80 ha (e outros 25 % em parcelas de 5 ha a 40 ha) e o Governo não tinha no Congresso poder para descer o limite expropriável para 40 ha. Por isso, mesmo depois da virtual eliminação dos latifúndios, dois terços da terra produtiva do Chile continuavam em mãos de particulares ¹³⁰.

¹²⁸ Havia, afinal, muitos exemplos, como a onda maciça de ocupações de fábricas em Turim, Itália, em 1920. Para uma descrição gráfica destas ocupações, que sugerem paralelos com o Chile, veja-se Gwyn Williams, *Proletarian Order: Antonio Gramsci, Factory Councils and the Origins of Communism in Italy 1911-1921*, Londres, 1975.

¹²⁹ Propriedades maiores eram consideradas latifúndios e portanto sujeitas a expropriações. 80ha básicos era a medida para o fértil vale Central; quanto mais pobre era a terra, maior a dimensão permitida.

¹³⁰ Números extraídos do excelente capítulo sobre a reforma agrária do livro de De Vylder.

As ocupações de herdades passaram de 9 em 1967 para 1278 em 1972, em muitos casos antecipando-se ao processo de expropriação; em parte, tratou-se de *tomas* locais organizadas pelos *mapuches* do Sul do Chile, que reivindicavam a restituição de terras perdidas no século XIX. O quadro generalizado de anarquia rural pintado pela direita estava longe de corresponder à verdade. De certo modo, o que chocava na reforma eram as suas limitações. Só 20% da mão-de-obra rural beneficiou directamente da reforma e muitos camponeses organizados em *asentamientos* apoiados pelo Estado (concebidos pelos democratas cristãos como estruturas colectivas de transição para o desenvolvimento de explorações de propriedade individual) resistiram obstinadamente à generalização dos benefícios para fora do grupo limitado daqueles que estavam indicados para participar na distribuição de propriedades expropriadas (quase todos trabalhadores permanentes e residentes nas herdades). O grande número de minifundiários (cerca de 100 000 proprietários de, em média, um décimo da terra dum *asentado*) e o número ainda maior de trabalhadores sem terra (cerca de 350 000) não beneficiaram com o processo da reforma (a não ser, em alguns casos, de um aumento de salários).

O número de camponeses sindicalizados aumentou rapidamente neste período (ver quadro n.º 6).

Sindicatos rurais

[QUADRO N.º 6]

Sindicatos	1969		1972	
	Membros	Porcentagem	Membros	Porcentagem
Ranquil (comunista-socialista)	31 000	30	132 000	48
Unidad Obrero Campesino (MAPU)	—	—	41 000	15
Total pro-UP	31 000	30	173 000	63
Libertad (direita)	23 000	22	39 000	14
Triunfo Campesino (democrata cristão)	48 000	46	61 000	22
Outros de oposição	2 000	2	4 000	2
Total anti-UP	73 000	70	105 000	38
Total geral... ..	103 644		277 895	

Fonte: De Vylder, *op. cit.*, p. 209.

Mas, além da expansão dos sindicatos, outros grupos, principalmente contrários à UP, se organizaram nos campos. A Confederação de Asentamientos, aliada dos democratas cristãos, constituía uma poderosa fonte de oposição ao Governo e apoiava a causa dos médios agricultores.

As transformações verificadas no mundo rural chileno têm suscitado o interesse de muitos estudiosos¹³¹, pelo que nos debruçaremos aqui apenas

¹³¹ A obra fundamental, já citada, é de Barraclough e Fernández. Ver também René Billaz e Eugenio Maffei, «La Reforma agraria chilena y el camino hacia el socialismo», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 11, Janeiro, 1972; Wilson Cantoni, «Poder popular en el agro Chileno», *ibid.*; e Eugenio Maffei e Emilio Marchetti, «Estructura agraria y Consejos Comunales Campesinos», *ibid.*, n.º 14, Outubro de 1972.

sobre um aspecto: o relativo fracasso dos esforços da UP no sentido de criar formas alternativas e mais socialistas de organização rural, como os CERAs (Centros de Reforma Agrária).

Os CERAs, que se pretendia estarem organizados numa base mais socialista do que os *asentamientos*, eram em número reduzido e pouco diferiam dos *asentamientos*. Até meados de 1972 só se tinham fundado 150, contra 318 *asentamientos* criados no mesmo período, a acrescentar aos 628 criados pelo Governo de Frei¹³².

Os *consejos campesinos* foram instituídos para promover o desenvolvimento do *poder popular* nos meios rurais. Mas foram, na sua maior parte, criados pelo Estado, e não pela iniciativa local; muitos deles foram dominados por adversários do Governo, em vez de pelos seus apoiantes. Dos 260 existentes ao nível comunal em meados de 1972, só 10 % foram criados em resultado de pressão local, em comparação com 65 % resultantes de decreto governamental, tendo os restantes resultado de um misto de decreto e eleição directa. Mas somente menos de metade deles funcionaram, por pouco que fosse (e, dos criados por decreto, apenas 10 % funcionaram). Onde aparentemente tiveram mais importância foi nas áreas dos Mapuches, onde apoiaram estes grupos no seu esforço de recuperação de terras¹³³. Os receios de certos membros da UP de que os *consejos* criassem uma situação de poder paralelo no mundo rural não se concretizaram. O Consejo Nacional Campesino, que era tido como reunindo os *consejos* locais e regionais, era de facto controlado por adversários da UP (e por isso raramente era convocado). Os *consejos campesinos* realmente fortes existiram onde algum sindicato poderoso a nível comunal, dominado por um partido, conseguia controlar a situação rural local; era o tipo de situação em que precisamente o *consejo* era menos necessário¹³⁴. Os trabalhadores sem terra não encontraram nos *consejos* o veículo que lhes faltava na estrutura sindical vigente (que englobava predominantemente a mão-de-obra permanente e residente nas herdades, os *inquilinos*).

Os conflitos ocorridos no mundo rural chileno dificilmente se podem analisar em simples termos de classe. Na Central Unica Campesina, formada em Dezembro de 1971 para coordenar a oposição nos campos, estavam representados elementos de *asentamientos*, pequenos proprietários e trabalhadores das herdades.

A oposição era feroz, poderosa e bem financiada. Se é verdade que o nível de mobilização no campo era de facto impressionante em comparação com o seu longo passado de atraso político, também é verdade que grande parte dessa mobilização era anterior à UP, se lhe opunha ou tinha a ver com simples reivindicações económicas que não conduziam necessariamente a um conflito de classes de nível mais elevado. Além disso, a forma orgânica específica escolhida pela UP, o *consejo campesino*, teve um êxito muito limitado. A eliminação dos latifúndios na agricultura, em vez de vencer o inimigo de classe da UP, serviu de certo modo para fortalecê-lo. A mira dos democratas cristãos era criar uma classe média rural poderosa e reforçar a instituição da propriedade rural privada. Uma reforma agrária completa, coerente com a política geral da UP, teria exigido um Governo

¹³² Barraclough e Fernández, *op. cit.*, p. 55. Outra forma de organização, os *comités campesinos*, eram também, na prática, semelhantes aos *asentamientos*.

¹³³ Castillo e outros, art. cit., *ibid.*, p. 12.

¹³⁴ Maffei e Marchetti, art. cit., *ibid.*, p. 131.

com muito mais tempo, poder, impiedade e apoio popular do que a UP teve.

5. A BATALHA IDEOLÓGICA

Uma das críticas frequentemente feitas à UP refere-se à sua falta de atenção ao papel da ideologia. Houve quem afirmasse, por exemplo, que essa desatenção abriu caminho ao assalto ideológico sistemático da direita, que manipulava os seus mitos favoritos, tais como o de que o Chile era fundamentalmente um país de classe média que enfrentava o assalto duma minoria perturbadora liderada por agitadores estrangeiros, de que o Chile era um país de fácil mobilidade social, de que o empresário independente era a espinha dorsal da economia, etc.¹³⁵

Se os antídotos propostos para contrapor à ideologia dominante não eram claros, o que, no entanto, mais se salientava era o domínio dos meios de comunicação de massa pela oposição. Seis diários de direita atingiam perto de 540 000 pessoas, contra 312 000 atingidas pelos cinco jornais pró-UP; na província, a direita controlava 41 dos 61 principais jornais e a esquerda apenas 11; e das 155 estações de rádio (que atingiam uma população muito maior do que os jornais), 115 eram contra o Governo e apenas 40 o apoiavam¹³⁶. No que se refere às publicações periódicas, os números eram ainda mais desfavoráveis à UP, com a oposição a atingir uma difusão calculada em 2,7 milhões de leitores, contra 20 000 para o Governo¹³⁷. Muitas dessas publicações eram dirigidas às donas de casa ou à juventude e estavam longe de ser predominantemente políticas. Mas durante o Governo de Allende foram constantemente utilizadas para veicular mensagens anti-marxistas. Embora houvesse muitas revistas e muitas estações de rádio, a maioria delas, e as mais fortes e populares, eram controladas por três grandes grupos económicos.

O principal jornal da oposição era *El Mercurio*, dirigido por um antigo nazi chileno activo. De acordo com o relatório do comité do Senado Norte-Americano sobre actividades secretas no Chile, grupos locais controlados pela CIA quase diariamente colocavam em *El Mercurio* editoriais inspirados pela CIA e, a partir de 1968, «exerceram apertado controlo sobre o conteúdo da secção de noticiário internacional do jornal»¹³⁸. Nos termos do relatório da mesma comissão, «De longe o maior e provavelmente o mais

¹³⁵ Gazmuri, *op. cit.*, p. 46. Touraine, *op. cit.*, p. 19, fornece um exemplo interessante da visão do desenvolvimento social chileno dada pela Academia Chilena de História: «A formação do Estado chileno é, sem dúvida alguma, um modelo de progresso pacífico. É a conquista do destino histórico da nação, com base no esforço de toda a comunidade na sua luta contra a natureza [...], na contínua busca de justiça social e na harmonia interna dos seus grupos sociais». Claro que, nesta visão da história chilena, não houve qualquer conflito entre classes ou repressão da maioria por uma minoria.

¹³⁶ Michèle Mattelart e Mabel Piccini, «La prensa burguesa no será más que un tigre de papel?», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 16, Abril de 1973, pp. 253-254.

¹³⁷ Armand Matterlart, «Los medios de comunicación de masas», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 3, Março de 1970.

¹³⁸ Relatório da comissão encarregada de estudar as actividades do Governo no campo das informações, *Covert Action in Chile, 1963-1973*, Senado dos E. U. A., Washington D. C., 1975, p. 20.

volumoso exemplo de apoio a uma empresa jornalística foi o dinheiro fornecido a *El Mercurio* [...] O Comité dos 40 autorizou a concessão de 700 000 dólares a *El Mercurio* em 9 de Setembro de 1971 e a essa autorização acrescentou mais 965 000 em 11 de Abril de 1972. Um memorando da CIA sobre renovação do projecto concluiu que *El Mercurio* e outros órgãos financiados pela agência tinham desempenhado um importante papel na preparação do golpe militar de 11 de Setembro de 1973, que derrubou Allende»¹³⁹.

A oposição ao Governo foi histórica e muitas vezes torpemente falsa. Os observadores latino-americanos manifestavam frequentemente surpresa pelo facto de o Governo consentir a livre circulação de tais pontos de vista na imprensa, quando era evidente que o que a imprensa e a rádio pretendiam era incendiar a opinião pública e fomentar um golpe contra o Governo¹⁴⁰.

Mas que podia o Governo fazer para contrabalançar o controlo que a oposição tinha sobre os meios de comunicação? Era politicamente perigoso, se não impossível, fazer censura em jornais como *El Mercurio*, porque uma das garantias que Allende deu aos democratas cristãos, em troca do seu apoio na votação do Congresso necessária para ratificar o sufrágio popular que não deu a maioria absoluta a nenhum dos candidatos à eleição presidencial de 1970, foi precisamente a liberdade de imprensa. Por outro lado, o Governo tinha esperanças de poder persuadir, em vez de coagir, o povo chileno a seguir a via para o socialismo e, por isso, tinha de ser prudente nas suas relações com os meios de comunicação de massa.

Os críticos internos da UP recorreram largamente a escritores como Lukacs, Rosa Luxemburgo e Gramsci¹⁴¹ para apoiar o seu ataque à política cultural e de propaganda do Governo¹⁴². No seu entender, a batalha ideológica era indispensável na tarefa de transformação do Estado capitalista em socialista. Mas consideraram a ofensiva ideológica da UP, na melhor das hipóteses, defensiva, na pior, inexistente, com os jornais diários do Governo a tentarem uma inútil luta de tiragens com os populares jornais da oposição, concentrando-se nos dois pratos fortes do público leitor, o sexo e a violência. Só a partir da reunião de El Arrayán a direcção da UP tomou a sério a questão da persuasão política, através dos meios de comunicação de massa. Mas os partidos políticos, a quem devia ter cabido a condução da ofensiva ideológica, nunca adoptaram políticas convergentes. Consequentemente, acabaram por se concentrar em questões

¹³⁹ Id. *ibid.*, p. 8.

¹⁴⁰ Para exemplo do estilo de tais notícias veja-se Whitehead, *op. cit.*, pp. 32-33. A esquerda também tinha os seus exageros, mas a campanha nos jornais governamentais era branda em comparação com o frenesim histórico da direita.

¹⁴¹ Seguindo, por exemplo, o conselho de Gramsci, segundo o qual «preparar a classe operária [...] para atingir o seu objectivo histórico significa precisamente organizar a classe operária como classe dirigente. A classe operária tem de arranjar para si uma psicologia idêntica à da actual classe burguesa. Além disso, a classe operária tem de se tornar, na sua totalidade, o poder executivo do estado dos trabalhadores: Williams, *op. cit.*, p. 188.

¹⁴² Ver dois desses exemplos no trabalho de Fernando Castillo, Jorge Larraín e Rafael Echevarría, «Etapas y perspectivas de la lucha ideológica en Chile», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 13, Julho de 1973; e, entre muitos outros artigos de Armand e Michèle Mattelart, «Ruptura y continuidad en la comunicación: puntos para una polémica», in *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n.º 12, Abril de 1972. Há uma útil colecção de artigos desta revista em *Cultura y Comunicaciones de Masas*, de M. A. Garretón e outros, Barcelona, 1975.

secundárias, tais como ataques à integridade pessoal de dirigentes democratas cristãos (que só serviam para empurrar ainda mais esses dirigentes para junto do Partido Nacional e da extrema direita).

E, no entanto, não é difícil compreender porque é que um governo que enfrentava graves problemas económicos e políticos tinha de deixar para trás as preocupações mais remotas da ideologia; de facto, a unidade ideológica no seio da UP era muito relativa. Além disso, muitas das críticas culturais feitas ao Governo pareciam trazer implícito o pressuposto de que bastaria que alguns intelectuais transmitissem ao povo a sua correcta ideologia para que a situação ficasse substancialmente alterada¹⁴⁸. Outros autores insistiam, é certo, em que devia ser o povo a desenvolver a sua própria ideologia; mas como seria isso possível sem um controlo governamental sobre os meios de comunicação da oposição e sem um forte exemplo orientador do Governo?

Na sua visita ao Chile, Castro salientou que a direita aprendera mais do que a esquerda com o primeiro ano de governo da UP. Mas ao Governo chileno, ao contrário do cubano, deparou-se um leque completo de oposição institucional e não recebeu a onda enorme de apoio popular de que Castro beneficiou após a sua vitória. Mesmo dispondo de todo o poder do Estado, o Governo cubano enfrentou fracassos e recuos na sua tentativa de criar um novo homem socialista e acabou por ter de se apoiar nos incentivos da sociedade de consumo (os críticos de esquerda do Chile censuravam, aliás, ao Partido Comunista Chileno o facto de este os preconizar).

É difícil não simpatizar tanto com o Governo como com os seus críticos. Como podia o Governo derrubar os modelos e valores burgueses, se era tão fraco e desunido? Mas como havia de ter esperanças de criar a necessária militância sem se empenhar a fundo na batalha ideológica? Poder-se-ia também argumentar que, apesar de tudo, o Governo algo estava a fazer neste campo. Em 1973, por exemplo, a votação total na UP foi de 44 % do eleitorado, mais do que a votação em Allende em 1970, embora menos do que os votos pró-UP nas eleições municipais de 1971 (quando a UP beneficiou de mais votos dos radicais e a situação económica era muito melhor).

Se a acção popular directa é a melhor fonte de activação ideológica, então os acontecimentos de Outubro de 1972 foram porventura tão importantes para a criação de um empenhamento ideológico popular como o poderia ter sido um controlo do Governo sobre os meios de comunicação. Na medida em que o desenvolvimento da consciência de classe sob a pressão de acontecimentos como a crise de Outubro de 1972 foi encarado como uma séria ameaça à ordem vigente, a direita teve mais necessidade ainda de incitar os militares à preparação dum golpe. E o medo do actual governo militar perante quaisquer ideias rotuladas de subversivas é um triste testemunho de como, afinal, havia vastos sectores da população fiéis a tais ideias.

¹⁴⁸ Vejam-se os interessantes comentários de Hernán Valdés na introdução à *Cultura* de Garretón e outros: «Infelizmente, estes estudos (principalmente os de Mattelart) nunca ultrapassaram um nível meramente superestrutural.»

CONCLUSÃO

A revolução cubana originou uma imensa literatura empenhada em extrair «lições» da derrota da ditadura de Batista por Fidel Castro. Enquanto os partidários da revolução tentavam em vão aplicar o modelo cubano a outros países latino-americanos, os adversários de Castro refinavam, e com sucesso considerável, técnicas de contra-insurreição. Mas o modelo cubano foi derrotado porque os seus opositores aprenderam mais do que os seus propositores — ou porque a experiência cubana estava tão enraizada nas suas características nacionais próprias que qualquer tentativa de tirar dela conclusões comparativas gerais estava predestinada ao fracasso? A experiência chilena tem dado lugar à mesma espécie de tentativas de tirar lições gerais. Tentativas válidas?

Há (pelo menos) duas maneiras de encarar a questão. Em primeiro lugar, podem-se considerar os problemas cruciais originados internamente pela crise social do Governo da UP; tais problemas têm a ver com a sociologia geral das revoluções. Em segundo lugar, pode-se encarar a experiência segundo uma perspectiva de política comparada, a fim de avaliar da sua relevância para outros países.

No presente trabalho optámos pela primeira perspectiva. Allende e o seu Governo tentaram mobilizar uma coligação de maioria para operar uma transição para o socialismo. Os problemas criados por tal processo transcendem as fronteiras meramente nacionais, se bem que a avaliação da sua real importância para outros países, ou mesmo para o Chile noutra época, terá de entrar em linha de conta com as diferenças de equilíbrio das forças sociais e políticas.

Fenómeno impressionante no Chile foi o âmbito assumido pela mobilização, aliás mais em termos de comunidade de residência do que de local de trabalho. Os *cordones* mostraram até que ponto uma crise era capaz de unir os habitantes *duma dada área* na defesa dos seus interesses comuns. Tais movimentos eram importantes e inovadores, na medida em que faziam tábua-rasa de divisões sindicais, de divisões entre locais de trabalho e até mesmo, em certa medida, de diferenças partidárias¹⁴⁴. Para além de atenuarem os diferendos entre os partidos da UP, os *cordones* ainda atraíram alguns elementos do Partido da Democracia Cristã. Neste aspecto, a sua importância de modo algum foi plenamente realizada; mas nem por isso é menos certo que os *cordones* constituíram um método novo de acção política; e o temor que suscitaram à direita é testemunho de que os adversários do Governo se aperceberam claramente da verdadeira extensão da ameaça que eles representavam para a ordem dominante. Ameaça que não teria sido tão perigosa se tivesse sido formulada em termos de mobilização tradicional, através de sindicatos e partidos. A população pobre rural e urbana, na sua maior parte, não estava integrada em sindicatos, para já não falar nos partidos políticos. A experiência chilena mostra que,

¹⁴⁴ O paralelo com a *camera del lavoro* italiana é sugestiva. As *cameras* «constituíam um centro de todos os sindicatos locais e das organizações de trabalhadores duma dada comuna ou distrito [...] Os sindicalizados sempre foram a minoria dos trabalhadores, as quotizações irregulares, a organização quase sempre imperfeita. Os sindicatos tinham de liderar uma 'massa' não sindicalizada [...] A *camera* tendia mais para criar uma mentalidade populista e comunal, em certos casos uma mentalidade de classe, em vez de profissional. Abrangia um naipe muito mais vasto de trabalhadores»: Williams, *op. cit.*, pp. 23-24.

se a mobilização popular quiser de facto constituir um sério desafio à ordem estabelecida, ou seja, tornar-se propriamente uma *mobilização de classe*, terá de transcender as organizações sindicais e partidárias, porque estas envolvem grupos limitados e actuam dentro de moldes institucionais restritivos que lhes limitam o potencial.

Mas a experiência de mobilização no Chile, por muito impressionante que tenha sido, também mostrou as limitações do processo quando este não conta com um apoio político mais amplo e não dispõe dos meios necessários para transformar a reacção a uma crise num assalto ao poder estatal. Uma das razões da instabilidade dos *cordones* foi a falta de instituições intercalares entre as organizações locais de base e o aparelho do Governo central. Esta falta de estruturas intermédias foi uma característica comum a todas as acções de mobilização popular empreendidas durante o Governo da UP. Uma forma de organização mais estável a nível regional ou provincial talvez tivesse catalisado a militância do tempo de crise para a transformar num instrumento permanente e actuante do poder da classe trabalhadora.

A experiência chilena ilustrou também a importância fulcral das chamadas *classes médias* no processo de construção de coligações políticas maioritárias. Até onde podia o Governo avançar ao encontro das classes médias sem começar a perder parte da sua base operária de apoio? Até onde devia ter distinguido entre os diversos elementos das *capas medias* e tentado definir políticas distintas para cada um deles? O que poderia servir para conquistar a adesão dos burocratas públicos não se adaptaria forçosamente aos empregados do sector dos serviços, e muito menos ao pequeno industrial ou ao trabalhador por conta própria. Poderia o Governo, *de algum modo*, ter conquistado sectores substanciais das classes médias? No contexto chileno, a pergunta tem de ficar no campo das hipóteses, mas suscita, por sua vez, questões gerais sobre a natureza das alianças sociais que podiam ter sido estabelecidas para pressionar reformas radicais.

Finalmente, a experiência da UP suscitou questões de controlo sobre os meios de comunicação de massa e questões sobre a importância da ideologia, questões estas que estão longe de se circunscrever ao Chile. Todos os governos se esforçam por obter alguma forma de legitimidade e quanto mais enraizada estiver essa legitimidade mais seguros estarão os governos e menos terão de recorrer à violência e à repressão. Mas o caso do Chile foi original na tentativa de promover uma legitimidade socialista, ao mesmo tempo que se consentia aos seus adversários ilimitada liberdade para desacreditar o Governo. Os esforços do Governo de Allende para persuadir a nação chilena a adoptar uma consciência socialista não foram de forma nenhuma um fracasso, se atendermos aos obstáculos que se lhe depararam. E o esforço do próprio povo no sentido de levar a bom termo a sua experiência de classe foi, nas crises de 1972 e 1973, simplesmente notável. Mas o processo de construção duma consciência socialista ainda mal começara quando a experiência foi interrompida. Até onde podia ter chegado, tendo em conta a estrutura política e social do Chile, é pergunta a que agora se não pode responder.

O golpe militar de 1973 destinou-se afinal a cortar certas experiências sociais e ideológicas tais que podiam levar o povo chileno a traçar o seu próprio futuro.

Problemas gerais como estes — papel da classe média, da ideologia, da mobilização — põe-se a qualquer governo ou movimento político que tente operar transformações sociais, políticas e económicas de fundo dentro dum quadro constitucional. E põem-se também a governos autoritários; esses, porém, não têm de atravessar a corda bamba política da democracia e dos pleitos eleitorais. Mas há que sublinhar também as limitações do caso chileno.

Em primeiro lugar, poucos são os países do terceiro-mundo com um sistema político de algum modo comparável ao do Chile antes de 1973, quando um governo constitucional e os partidos políticos eram as principais instituições e agentes da vida política, dando ao sistema político uma aparência «ocidental». Com efeito, mais lógica seria a comparação com países como a França ou a Itália do que com outros países da América Latina, sem falar no terceiro-mundo em geral. Mas os contrastes sociais e económicos com a França ou a Itália são tão flagrantes como as comparações políticas. O Chile é um país muito mais pobre, muito menos industrializado e muito mais dependente do exterior do que a França ou a Itália, tem um sector terciário comparativamente mais vasto e um proletariado industrial muito menor e mais fraco.

A maior parte dos comentadores estrangeiros extraíram da experiência chilena precisamente as lições que mais lhes convinham. As reacções da União Soviética e da China, por exemplo, eram previsíveis. A queda de Allende foi mais um pretexto para a manifestação da hostilidade sino-soviética. A U. R. S. S. argumentou que — palavras dum comentador da Tass — «a derrota temporária das forças progressistas do Chile serviria para enriquecer a estratégia e a tática dessas mesmas forças em todo o mundo, aumentando a sua vigilância e reforçando a sua decisão». Por sua vez, a China, que, contrariamente à U. R. S. S., não cortou relações diplomáticas com o Chile, através do seu representante nas Nações Unidas afirmou que «não podemos esquecer quão nociva é para as lutas revolucionárias anti-imperialistas a absurda teoria da chamada transição pacífica». Mas a guerra de guerrilha — tanto urbana como rural — já antes tinha falhado na América Latina por razões que a experiência chilena mantém intactas.

Tanto o Partido Comunista Francês como o Italiano parecem ter concluído que deviam continuar com a tática da frente unida. O jornal do PC italiano *Rinascita* comentava em 21 de Setembro de 1973 que «o presente e o futuro democráticos do nosso país dependem da possibilidade de se transpor o fosso que existe entre a política do Partido Comunista e a dos democratas cristãos». O Partido Comunista Argentino entendia que «é melhor andar devagar». Do seu ponto de vista, continuavam a ser necessárias e possíveis alianças com a burguesia e mesmo com os militares, mas a questão vital residia em saber «quem havia de chefiar essa grande coligação de forças».

Castro afirmou que o golpe militar chileno veio reforçar a sua teoria da necessidade de luta armada; mas, num discurso de 28 de Setembro, acrescentou que, embora «povo sem armas não pudesse fazer revolução, armas sem povo também não serviam». É duvidoso que Cuba altere a sua actual política de não ingerência nos assuntos internos dos países latino-americanos para auxiliar em larga escala a resistência chilena.

Todos estes argumentos, excepto os dos Chineses (e dos Albaneses), se centram no problema da criação duma maioria popular para o socialismo

revolucionário pela via da violência ou das eleições. E, no entanto, afigura-se impossível criar tal maioria, a menos que haja um proletariado industrial e mineiro que constitua por si só uma força numérica de tal modo esmagadora que o apoio da classe média não passe dum complemento (desejável, sem dúvida, mas, ainda assim, apenas um complemento) e que o campesinato seja passivo ou numericamente insignificante (apoio activo talvez seja pedir demasiado). A alternativa parece ser a dum regime a tal ponto desacreditado e impopular que possibilite uma revolução nacionalista, ainda que não necessariamente socialista. Mas a primeira destas situações aponta, na prática, mais para um regime reformista do que revolucionário e a segunda para a revolução violenta, que pode (mas não tem forçosamente de) conduzir ao socialismo. Nenhuma delas aponta para o modelo chileno dum via pacífica para o socialismo revolucionário.

Talvez se deva procurar no contexto sul-americano o real significado do fracasso da UP, como a mais avançada e radical tentativa de transformação dum país atrasado e dependente. O fracasso dos governos reformistas e a sua substituição por regimes militares autoritários têm sido a tônica dominante (com variantes nacionais) da política sul-americana nas décadas de 1960 e 1970. Com a mais evoluída tradição política civil do continente, o Chile conseguiu fazer a tentativa mais decidida no sentido de romper com o quadro da tirania dum *élite* externa e interna. A força dessa tentativa no período de 1970-73 foi tal que foi precisa uma ditadura ferozmente repressiva para restaurar o domínio da sociedade.

(Tradução de Francisco Agarez. Revista por A. Sedas Nunes)